

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

VANESSA DA SILVA RIBEIRO

**CAPELA DE SÃO JOSÉ DE BOTAS DOS PICOS: DO POVOAMENTO A  
FREGUESIA (1830-1855).**

PICOS, PI.  
2012

VANESSA DA SILVA RIBEIRO

**CAPELA DE SÃO JOSÉ DE BOTAS DOS PICOS: DO POVOAMENTO A  
FREGUESIA (1830-1855).**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena  
em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de  
Barros, da Universidade Federal do Piauí.  
Orientador: MS. Francisco Gledson da Costa Monteiro

PICOS, PI.  
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

R484c Ribeiro, Vanessa da Silva.

Capela de São José de Botas dos Picos: do povoamento  
a freguesia (1830-1855) / Vanessa da Silva Ribeiro. – 2012.

CD-ROM : il. ; 4 ¾ pol. (68 p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade  
Federal do Piauí. Picos-PI, 2012.

VANESSA DA SILVA RIBEIRO

**CAPELA DE SÃO JOSÉ DE BOTAS DOS PICOS: DO POVOAMENTO A  
FREGUESIA (1830-1855).**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena  
em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de  
Barros, da Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Ms. Francisco Gleison da C. Monteiro

APROVADA EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

ORIENTADOR (A): Prof. Francisco Gleison da Costa Monteiro  
Mestre em História Social

Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo.  
Doutor em História Social  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Lívia Moreira Barroso  
Mestranda em Comunicação Social  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

*Dedico este trabalho ao meu esposo Ismael e a minha filha Íris Marianne que são um presente de Deus pra minha vida e as pessoas que mais dão sentido a minha existência.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força de chegar até aqui, e ter me proporcionado tantas coisas boas além de um grande aprendizado na escola da vida.

Agradeço ao meu esposo pelo apoio moral, pelo carinho e pela compreensão que teve em todos os momentos e também na construção deste trabalho.

A minha filha que mesmo sem entender, tem me alegrado muito, demonstrando amor e carinho, e compreensão na minha correria e às vezes a ausência, nunca deixando de me amar como sempre.

Aos meus pais Fábio e Francisca pelo amor e pelo apoio ao longo da caminhada da vida.

Aos meus avós Elizabeth, Maria e Raimundo que mesmo distantes sempre torceram pelo meu sucesso.

Aos meus tios e tias, e em especial ao meu Tio Antonio Brito (Tiel) meu amigo e conselheiro e a minha tia Eleni amiga e companheira, sempre pronta a ajudar nas horas mais difíceis, assim como toda sua família.

Aos meus sogros Helenita e Manoel Joaquim pelo incentivo e dedicação sempre me ajudando nas horas mais difíceis, das mais diversas formas, sendo como pais pra mim.

Aos meus Irmãos Marcos, Vandressa e Fernando por fazerem parte da minha vida, tornando mais especial, me ajudando em todos os momentos e trazendo alegria.

Aos Meus cunhados por serem tão bons e atenciosos comigo, mesmo sem eu merecer.

Aos meus professores, que vieram acima de tudo para somar conhecimento, e contribuíram indispensavelmente para a minha formação. Aprendi lições pra vida inteira, com cada um.

Ao professor José Lins, meu “eterno orientador”, que ajudou bastante na minha vida acadêmica, no incentivo a produção, sou eternamente grata.

Ao Professor Gleison, que mesmo atarefado, me recebeu como sua orientanda já na última e mais difícil etapa do meu trabalho, a produção do TCC, que apesar de minhas dificuldades, ajudou em todas, acreditando na minha capacidade, me deixando a vontade, o

que facilitou bastante a minha concentração para a produção do texto. Mas sempre me conscientizando da árdua tarefa que tinha para realizar.

Aos meus colegas do curso de história, que só contribuíram para minha formação, sendo cada um muito especial, que marcaram de alguma forma a minha vida. De cada um tenho uma história pra contar e muitas alegrias vividas...

Dos meus colegas tenho os meus agradecimentos especiais à Silvânia (a mãe da turma) que assim como eu compreende a dificuldade de conciliar família e estudos; e a amiga Livia que me ajudou bastante não só para a concretização desse trabalho, como também durante todo o curso me incentivando a produzir e a visualizar novos horizontes, lembrando constantemente que sou capaz, como também pelo carinho especial não só comigo, mas com toda minha família.

As demais componentes do “quarteto Fantástico” (Aylla, Letícia, Livia) que em todos os momentos se mantiveram juntas na busca de somar conhecimento e dedicação aos trabalhos acadêmicos, superando juntas todas as dificuldades se mantendo inseparável a maioria do tempo, e acima de tudo respeitando sempre as diferenças e assumindo os erros...

Espero que amizade fique...

“O templo era o imã que reunia o grupo”.

Raquel Rolnik



## RESUMO

O presente trabalho visa abordar o processo de povoamento e desenvolvimento da região que hoje compreende a cidade de Picos. Apresentando as versões históricas existentes nas bibliografias levantadas sobre o tema, problematizando essas narrativas através da análise de documentos como: revistas, jornais, carta de doação de sesmarias e Livro de Registros Paroquiais de Terras, apontando as transformações ocorridas na sociedade picoense nos seus primeiros anos de formação. O trabalho também aborda a influência católica no povoamento e a construção da primeira capela local que é considerada como um marco de agrupamento do povoado, sede da freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, mais tarde Vila e atual cidade de Picos.

**Palavras-chave:** povoamento, pecuária, terras, freguesia.

## **ABSTRACT**

This work aims to address the process of settlement and development of the region that today comprises the city of Picos. Featuring the historical versions in existing bibliographies on the topic raised, questioning these narratives by examining documents such as magazines, newspapers, letter of donation land grants and Book of Records Parish Land, pointing the changes occurring in society Pico in his early years training. The paper also discusses the influence of the Catholic population and the construction site of the first chapel that is considered a landmark of the village assembly, seat of the parish of Our Lady of Remedies, later Vila and current city of Picos.

**Keywords:** population, livestock, land, parish.

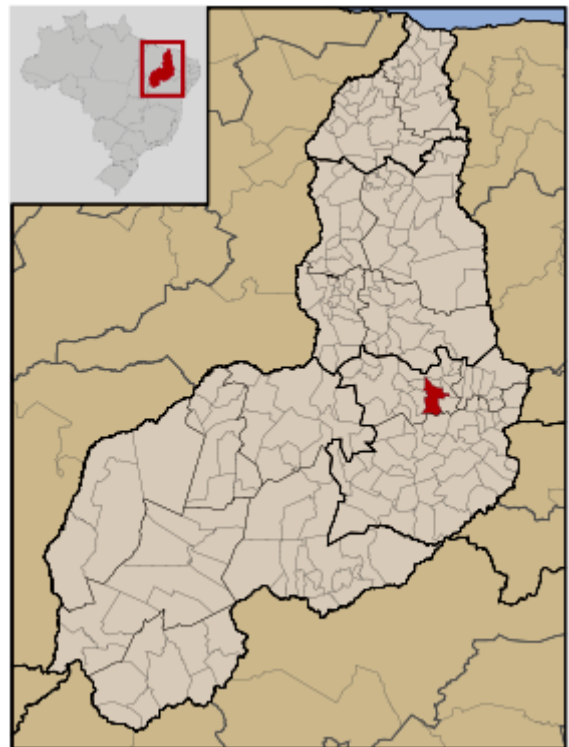
## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 CAPITANIA DO PIAUÍ.....</b>	<b>17</b>
1.1 AS PRIMEIRAS POVOAÇÕES: As Fazendas de Gado e os Sítios da Lavoura.....	17
1.1.1 A Estrutura Demográfica da Província.....	20
1.2 ATIVIDADE AGROPECUÁRIA E O DESENVOLVIMENTO.....	22
1.2.1 A Pecuária No Mercado Interno E Externo.....	22
1.2.2 A Hierarquia Social.....	26
1.3 TRANSFORMAÇÕES NA CAPITANIA DO PIAUÍ.....	26
<b>2 DESENVOLVIMENTO PECUARISTA: o povoamento de Picos.....</b>	<b>31</b>
2.1 O POVOAMENTO DE PICOS: UM BREVE DEBATE HISTORIOGRÁFICO.....	31
2.2 A INFLUÊNCIA CATÓLICA: CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA CAPELA.....	37
<b>3 A FREGUESIA DE N. S. DOS REMÉDIOS POVOAÇÃO DOS PICOS: .....</b>	<b>43</b>
3.1 OS REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRAS COMO FONTE.....	43
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>59</b>
ANEXO I- (FOTO) Limites da Freguesia de N. S dos Remédios.....	60
ANEXO II- (FOTO) Contra capa do Livro de Registros Eclesiásticos de Picos.....	61
ANEXO III- (FOTO) Recorte da pagina um do Livro de Registros Eclesiásticos.....	62
ANEXO IV– Propriedades Registradas Na Freguesia De N. S Dos Remédios Povoação Dos Picos Em 1854 E 1855.....	63

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem relevância para o meio acadêmico, porque é possuidor de um valor social para a construção do conhecimento da história local, que compreende a atual cidade de Picos. O propósito é analisar, partindo dos registros paroquiais, o processo de desenvolvimento e consolidação da região em estudo e seu desenvolvimento social e econômico a partir da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios em meados do século XIX.

O município de Picos está localizado na região centro Sul do estado do Piauí, distante de 330 km da capital Teresina. Segundo dados do IBGE de 2012, atualmente a população é de 73.414 habitantes, tendo extensão territorial de 535 km<sup>2</sup>. As atividades econômicas desenvolvidas giram em torno das atividades comerciais e agropecuárias. A produção extrativa de Picos é bastante significativa e com relação à pecuária pode-se destacar o gado bovino, mas, além disso, é muito forte a presença de rebanhos suínos, ovinos e caprinos. Picos tem se destacado ainda pela grande produção de mel, tanto a nível estadual como Nacional, sendo por isso agraciada com o título de “Capital do Mel”.



Parte em vermelho: Picos - Piauí

O objeto de pesquisa centra-se na análise das primeiras aglomerações urbanas, surgidas a partir da nucleação em torno da Freguesia Nossa Senhora dos Remédios. Noutros termos, também analisar o papel que diversos grupos sociais e religiosos tiveram no entorno da igreja. Ali experiências e memórias foram construídas de formas coletivas e que, portanto, agora merecem serem interpretadas, seja para entender o povoamento, seja para a preservação de memórias.

Este tema tem me seguido desde os primeiros períodos da graduação do Curso de História, pois antes mesmo de ingressar no curso me incomodava à ausência de registros mais densos sobre a história local. Daí com o andamento do curso e o contato com algumas leituras fui percebendo que a decisão de enveredar pelas análises históricas do século XIX exigia do pesquisador um esforço para buscar fontes em outros acervos, pois os documentos referentes ao povoamento não aparecia nos acervos locais de Picos, nem mesmo no Museu Ozildo Albano.

Uma destas disciplinas que me direcionou para o mundo da investigação foi a de Gestão de Pesquisa em História, ministrada pela professora Ana Paula Cantelli. Durante o curso da disciplina foi proposto para realizarmos o levantamento de acervos documentais na cidade de Picos e regiões vizinhas. Eu e meu grupo pesquisamos a documentação da Igrejinha do Sagrado Coração de Jesus, pois segundo um dos membros do grupo trata-se de uma capela muito antiga, daí fizemos várias visitas ao local na busca de fontes, então encontramos três livros de atas que pertenciam ao Apostolado da Oração e com a permissão da Presidente deste órgão, Dona Mirian Lélis, fotografamos e digitalizamos todo esse material, que foi arquivado em cd para futuras pesquisas.

Com o passar dos blocos e aproxima-se o momento de escrever um projeto para a monografia e então decidi que iria falar sobre a igrejinha e, para tanto, iria também retomar os materiais antes coletado pelo grupo. O propósito não era notá-la como uma instituição religiosa católica, mas como um lugar de memória, pois ao debruçar-me sobre a historiografia local descobri como foi importante a história da igreja para a localidade de Picos, pois fora (e continua sendo) um espaço de lazer e sociabilidade para os primeiros habitantes daqui.

Ao avançar na pesquisa e nas problematizações percebi que o material que eu tinha em mãos não me possibilitava alcançar o meu objetivo, pois retratava apenas as reuniões do apostolado que foi uma instituição criada já nos fins do século XIX (1897), e não tratava do contexto que eu desejava estudar.

O interesse em saber mais sobre a história da igrejinha ampliou-se e busquei bibliografias locais que me levaram as mais diversas descobertas, e então percebi que em várias obras a igrejinha também era trazida como referência no povoamento da região e do local de desenvolvimento comercial. Além disso, foi sede da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, o que me fez partir para uma investigação mais aprofundada sobre esses fatos e recorrer ao Arquivo Público do Piauí na busca de fontes que me evidenciassem as experiências relacionadas ao povoamento, redirecionando assim a minha pesquisa, mas especificamente a questão do povoamento e desenvolvimento local.

Na visita realizada ao arquivo em outubro de 2011, por dois dias seguidos, verifiquei vários documentos referentes a Picos e fotografei diversos outros. Além de folhear quase todos os livros de doação de sesmarias na busca de encontrar cartas referentes a essa região, mas no primeiro dia não encontrei nada que pudesse me auxiliar na pesquisa, quase que desmotivada voltei no segundo dia determinada procurar de forma diferente, pedi os livros de sesmarias que ainda não tinha lido, e por persistência, entre estes veio o Livro de Registros Eclesiásticos de Picos (1854), que referenciava Picos no período de Freguesia, então os fotografei na íntegra, e de certa forma meio apressada, devido ao tempo e ao tamanho do livro, que era composto por mais de 300 páginas, algumas páginas ficaram ilegíveis impossibilitando a uma leitura e análise densa. Além desse livro, fotografei o índice de sesmarias Piauienses que também me auxiliou no trabalho e diversos outros documentos que foram usados por outros autores que também trabalharam algo sobre de Picos.

O livro de Registros Eclesiásticos (ou livro de Registros Paroquiais de Terras) foi a minha principal fonte para a construção desse trabalho. De início foi bastante difícil lidar com a fonte já que eu não conseguia interpretá-la devido à escrita se tratar do estilo do século XIX, onde muitas letras são parecidas entre si, e muitas outras não têm a mesma configuração atualmente. Além disso, possuem uma grafia ilegível, pois é o que se percebe comparando com as cartas de sesmarias catalogadas, que eram da mesma época, mas a letra era mais legível e a caligrafia menos complicada. Então procurei alguém que tivesse experiência na interpretação de manuscritos, mas não encontrei ninguém que pudesse me auxiliar na transcrição, foi então que eu pesquisei na internet sobre noções de paleografia e encontrei um manual que me auxiliou bastante na identificação do alfabeto em suas diferentes formas de representar, e com muita força de vontade consegui aprender sozinha a interpretar os manuscritos.

Inicialmente pensei que se tratava apenas de registros de terras feitos em ocasião de venda ou doação. Então com a busca de bibliografias onde os autores também trabalhassem com documentos desse tipo, descobri que o livro se tratava de um local para registros de todas as terras e posses tidas até ali, despertando ainda mais o interesse em analisar esses documentos. Porém, as leituras feitas me orientaram quanto ao cuidado em lidar com esse tipo de fonte.

Para se entender o processo de povoamento da região de Picos é importante situar no contexto em que se encontrava a capitania do Piauí, desde os fatores que tornaram possível a ocupação da região até a mudança da sede do governo, de Oeiras para Teresina, o que foi abordado no primeiro capítulo. Este registra de forma bem geral sobre o processo de

povoamento do Piauí que se deu a partir da criação de gado, destacando ainda como estavam organizadas as primeiras povoações que eram formadas por fazendas de gado e sítios de lavoura, e como essa atividade econômica não exigia muita mão de obra a estrutura demográfica era pouco desenvolvida o que é discutido num tópico do trabalho, além de destacar a importância da criação de gado tanto para o mercado interno, por ser uma atividade lucrativa, como para o mercado externo, onde havia a valorização do produto nas demais regiões do país e até fora dele. Aborda ainda sobre a hierarquia social que enaltecia a atividade criadora, e a figura do vaqueiro que era sinônimo de status, e desvalorizava a agricultura ficando em segundo plano, sendo poucas as propriedades que se dedicavam a essa atividade, pois se tratava de uma cultura de subsistência.

Para finalizar o primeiro capítulo pontuam-se os acontecimentos que marcaram o início do século XIX, ou seja, as transformações da capitania que foram marcadas pela independência do Brasil, que mesmo de forma mais lenta e indireta afetaram a Província, além da necessidade de melhoramento na infraestrutura da capitania e a mudança da capital, almejada por algum tempo, pois não se investia no desenvolvimento de Oeiras como capital, havendo um grande debate em torno de “para onde ir”, na tentativa de se promover um maior desenvolvimento da província, com investimento a navegação para desenvolver o comércio com outras regiões e até mesmo com o exterior, o que ocasionou o florescimento da agricultura as margens do rio Parnaíba e a intensificação do comércio, tanto de importação como de exportação, mas em longo prazo.

Para a construção deste foram realizadas leituras dos seguintes livros: Piauí Colonial, de Luiz Mott (1985), que fala sobre como se encontrava a estrutura do Piauí em diversos aspectos: quanto à população, economia e organização social, desde o seu povoamento pelos portugueses; da historiadora Tânia Brandão li a obra, sobre a Elite Colonial (1995), que aborda sobre a influência das famílias na formação do Piauí colonial, e também, O vaqueiro: símbolo da liberdade e mantenedor da ordem no sertão (2008), que retrata sobre a autoridade do vaqueiro como principal figura na organização das fazendas e da forma em que se organizava hierarquicamente a sociedade piauiense colonial. Para falar sobre o Piauí na época da independência foi abordado o livro do Wilson Brandão (1977) que referenda os impactos causados pela independência do Brasil à capitania do Piauí. Na construção desse capítulo, de forma geral, utilizei dois volumes (1 & 4) de Odilon Nunes (2007), em sua obra Pesquisas Para História do Piauí, que aborda sobre quase todos os aspectos do Piauí desde Colônia até a transferência da capital e o desenvolvimento urbano da província.

O capítulo dois é formado um debate historiográfico sobre a questão do povoamento dos Picos e sobre a influência católica no povoamento local.

No debate historiográfico sobre o povoamento, são apontadas as diferentes versões sobre este fato, destacando as semelhanças e as diferenças colocadas por diferentes autores na produção de sua narrativa conforme os seus interesses. Não pretendendo destacar nomes, mas apenas pontuar essas versões na construção da historiografia local, que pelo que se percebe, tende a valorizar mais algumas famílias e regiões em seus estudos, fazendo assim um paralelo, também com as fontes encontradas, destacando a atividade pecuarista, que assim como em todo Piauí, foi a principal atividade econômica da povoação dos Picos desde seus primórdios e que promoveu o seu desbravamento.

Na construção dessa parte do trabalho seguimos os indicativos de vários autores como o da pesquisadora Alveni Barros Vieira (2005) que mesmo não se tratando de uma obra específica sobre a história de Picos traz informações pertinentes, que nos fazem refletir sobre a forma como foi escrita a história de Picos, levantando uma problemática que é considerada nesse trabalho e que contribuiu bastante para o aguçamento de meu senso crítico.

Outra obra utilizada é a de Ozildo Albano que traz uma cronologia histórica sobre fatos ocorridos na cidade de Picos desde seus primórdios, extraídos de documentos diversos, inclusive da história oral, que me auxiliaram não só na construção desse tópico, mas também no trabalho de forma geral, já que este foi um importante conservador da memória de Picos, possuidor de um vasto acervo, exposto no museu em sua homenagem. Foram analisados também as narrativas encontradas nos livros genealógicos da família Luz (2003), Dos Moura aos Moura Fé (2005).

Com relação à influência católica, pontuo o papel da Capela de São José de Botas (atual igreja do Sagrado Coração de Jesus) no contexto trabalhado, deste o povoamento a fundação da Freguesia, sendo à primeira capela, construída em 1830, considerada por vários autores com um marco de agrupamento do povoado, e primeira sede da freguesia de Nossa dos Remédios.

No terceiro falo sobre a então povoação que se torna freguesia tomando como base para essa discussão a análise dos Registros Paroquiais, minha principal fonte.

Com relação à Freguesia de N. Senhora dos Remédios, é colocado os limites que estabeleciam o território dessa freguesia e como estava organizada, destacando neste contexto a aplicação da lei de terras de 1851, regulamentada e posta em prática em 1854, que tornou possível o registro de grande parte das propriedades locais que são analisados de forma mais detalhada ao longo do texto.



Além dos questionamentos em torno da aplicação da lei de terras em diferentes locais e da validade dessa documentação, o que torna mais cuidadosa a análise da fonte para a compreensão do contexto local, dando-me bastante auxílio às obras de Cavalcante (2005), que fala sobre os debates em torno da regulamentação do uso da terra no Brasil, que já ocorriam há algum tempo, mas, que só foi posta em prática com o decreto em 1854; e a obra de Garcia (2005), que além de falar sobre a lei de terras traz uma discussão demonstrando a visão de vários pesquisadores quanto à utilização dos Registros Paroquiais como fonte, e levanta uma problemática em torno do tema, apresentando em sua conclusão o quanto se deve utilizar com cautela essa fonte, exemplificando através da sua análise, servindo de modelo para este.

## CAPÍTULO I

### 1 CAPITANIA DO PIAUÍ: do povoamento a mudança da capital

#### 1.1 As primeiras povoações: as fazendas de gado e os sítios da lavoura

De acordo com os estudos, o Brasil colonial possuía uma estrutura econômica fundamentalmente rural, instituída desde a colonização, devido a um maior incentivo às atividades rurais de exploração e produção de matéria-prima para a Coroa portuguesa, sendo que, as poucas cidades que existiam nesse período eram dependentes diretas dessas propriedades, servindo como ponto de comércio e exportação de suas produções. As regiões mais desenvolvidas economicamente eram as que participavam da exportação dos produtos, ou seja, as regiões litorâneas, ficando para trás as regiões interioranas de onde partia essas produções, como é o caso da capitania do Piauí, que segundo Luiz Mott(1985) foi povoada de forma centrífuga, ou seja, partindo do interior para o litoral.

Descoberto por volta de 1674, o Piauí é povoado de maneira diversa das demais capitanias: seu solo é conquistado partindo-se do interior (do rio São Francisco) para o litoral. Foi no vale do rio Canindé que Domingos Afonso Sertão, considerado como o descobridor desses sertões, funda várias fazendas de gado, sendo a mais importante, a da Aldeia de Cabrobó que em 1712 é elevada a condição de vila, recebendo o nome de Mocha, sendo instalada somente em 1717, ocasião em que o governador do Maranhão envia muitas famílias para a nova povoação, inclusive um magote de 300 degredados, com a finalidade de promover seu desenvolvimento.

Desde os seus primórdios foram às fazendas de gado que definiram a forma de ocupação do solo e a distribuição dos colonizadores ao longo do sertão piauiense: já em 1697, apenas um ano após a criação de sua primeira freguesia, contava-se em 129 o número de fazendas de gado, situadas nas margens de 33 rios, ribeiros, lagoas e olhos- d'água limítrofe com as terras dos gentios. (MOTT, 1985, p.45)

O que se percebe é que a pecuária vai dominar a economia piauiense até a segunda metade do século XIX. Segundo Teresinha Queiroz (2006, p.12) “A maior parte da receita provincial deriva daquela atividade, responsável, também, pela ocupação de grande parte da população e pela dinâmica do comércio” o que vai permanecer em grande parte da província até meados da década de 1870, principalmente após 1877 devido à seca, como se percebe no quadro apresentado posteriormente, neste capítulo, mas o que se verifica na povoação dos Picos é que na segunda metade do século XIX a pecuária continuava a ser responsável pela economia do município:

As informações relativas a Picos na segunda metade do século XIX evidenciam a existência de um núcleo populacional considerável, com um comércio de movimentação relativa que se intensificam no dia de feira. (Franco, 1977). As notícias revelam também, que a atividade pastoril continuava responsável pela economia do município, embora já se praticasse uma lavoura em grande escala [...] (VIEIRA, 2005, p.34).

A maior parte das terras do Piauí, segundo Mott (1985), pertencia a Domingos Afonso Sertão e a Francisco Dias D'Ávila, fazendas essas situadas as margens das principais fontes de água, e cuidadas por outras pessoas como vaqueiros e camaradas.

Então a partir de 1744 o conselho Ultramarino<sup>1</sup> passa a delimitar as extensões de terra das sesmarias doadas dali em diante que era de no máximo três léguas, e que a distância entre uma fazenda e outra deveria ser de apenas uma légua, mas o que vigorou foram doações bastante generosas, “o que levou ao distanciamento cada vez maior de uma fazenda para outra” (MOTT, 1985, p.51).

As fazendas de gado possuíam grandes extensões de terra devido a dois fatores: correspondia a cobiça dos sesmeiros que queriam a posse de grandes fazendas e também da necessidade da pecuária extensiva, pois como a região do semiárido piauiense era comum enfrentarem a seca frequente, precisava-se movimentar as boiadas em grandes extensões de terra a procura de pastos, ou seja, eram indispensáveis, grandes propriedades para o sustento dos rebanhos no Piauí.

Pela mudança que há no Piauí tão sensível nas estações do tempo, até faltar o mesmo pasto seco, e toda extensão do terreno muitas vezes não basta pra que haja lugares onde se conserve e se mantenha os gados, que faz com que os moradores vivam pela maior parte, dispersos e distantes três, quatro e cinco léguas um dos outros (MOTT, 1985, p.52).

Mesmo não havendo registros documentais sobre o tamanho das sesmarias piauienses, como destaca Luiz Mott (1985), estima-se que a maioria delas ultrapassava o tamanho máximo estabelecido por lei, isso principalmente pela necessidade, anteriormente citada, sendo também em sua maioria distantes umas das outras.

Contudo, nem todas as propriedades eram latifúndios, mas haviam terras menores situadas em regiões mais úmidas, onde pequena parte da população dedicava-se a agricultura de subsistência, mesmo assim, “os moradores do Piauí se interessavam só na criação de

---

<sup>1</sup> Órgão de administração colonial criado por D. João IV a 14 de julho de 1643, Com capacidade para intervir em todos os assuntos ultramarinos - todos os negócios e assuntos que dissessem respeito à Índia, ao Brasil, a São Tomé, a Cabo Verde e a todos os lugares ultramarinos de África, no tocante à fazenda, à administração, ao comércio, à justiça e à guerra.

gados”. (MOTT, 1985, p.54). Mott (1985) apresenta em seu texto a versão dos viajantes quanto ao desprezo pelas atividades agrícola, quando escreve:

Duas seriam, segundo eles, as principais causas do desprezo que relegavam o setor agrícola: a primeira de ordem ecológica, ao seja, as más condições climáticas, a ausência de chuvas regulares, a constância das secas, a pobreza dos cursos d'água e a natureza arenosa e lageada da grande parte do território. [...]

A segunda explicação para o descaso com que se tratavam a agricultura está na vantagem econômica e na excelência que os piauienses atribuíam a pecuária com grande parte do território coberto pelo rico capim minoso, apesar das limitações advindas da seca e da falta de aguadas, o certo é que a pecuária representava para esta zona sertaneja não só uma saída, mas um grande negócio. (MOTT, 1985, p. 55)

Na segunda metade do século XIX, de acordo com os estudos de Teresinha Queiroz (2006), a agricultura piauiense ainda era basicamente de subsistência. A mesma destaca que somente algodão era o único produto de origem agrícola que tinha importância para exportações da província.

Como a preocupação básica do estado era a inserção da economia provincial aos mercados nacional e internacional, as atenções voltavam-se preferencialmente, para a produção, de natureza agrícola ou não, que apresentassem perspectivas de atender a esse objetivo. Daí as referências mais frequentes nas fontes de origem pública, ao algodão e ao gado, produtos que atendiam aquela característica. Além disso, por sofrerem de forma mais direta os efeitos da tributação eram, também por essa via, controlados pelo poder público. (QUEIROZ, 1998, p.25)

A autora (2006) ainda coloca que o fato da agricultura no Piauí ser uma atividade diferenciada, era devido ao arranjo demográfico da população da Província, ou seja, a ocupação da terra se deu em função do desenvolvimento da pecuária, de uma forma dispersa no território, que passou a ser principal atividade econômica, porém a agricultura era desenvolvida em manchas agrícolas, ao longo de todo o território provincial, inclusive nas regiões semiáridas, o que leva a autora a concluir que:

Não é, pois, os fatores naturais que se deve creditar o pequeno desenvolvimento da agricultura no Piauí durante o século XIX. A explicação disso implica a compreensão do papel desempenhado pela agricultura de subsistência no bojo dessa economia (QUEIROZ, 1998, p.27).

A autora (1998) acrescenta que a produção de cana de açúcar e fumo não se desenvolveu no Piauí tanto como nas demais províncias do Nordeste, mas foram cultivadas nas regiões as margens do rio Parnaíba, em meados do século XIX e atendiam parte do

consumo provincial, e principalmente local, e acrescenta que “Odilon Nunes atribui o florescimento da agricultura nas margens do Parnaíba, como fruto da mudança da capital de Oeiras para Teresina, e do desenvolvimento da navegação a vapor” (QUEIROZ, 1998, p.27).

### 1.2.1 A estrutura demográfica do Piauí colonial

A estrutura da pecuária extensiva fazia com que a população estivesse dispersa, e mesmo com todas as medidas do governo colonial as fazendas permaneciam cada vez mais distantes e pouco povoadas, e a população por um longo período de tempo era essencialmente rural, e basicamente empregada na criação de gado, sendo apenas uma pequena parte que se empenhava no cultivo da terra, mas mesmo assim cultivando uma agricultura de subsistência. Os principais núcleos de povoamento do Piauí colonial eram as fazendas de gados e os sítios.

No ano de 1772 existiam no Piauí 3034 fogos de modo que, 360 fogos urbanos representavam apenas 11,8% do total de domicílios desta capitania. Os 88,2% dos fogos restantes estavam distribuídos entre 930 propriedades rurais, das quais 578 eram apontadas como *fazendas de gado* e 352 como *sítios de lavoura*. A população total do Piauí era de 19, 191 habitantes, aproximadamente 0,13 habitante por km<sup>2</sup>- dos quais 2.724, isto é, 14,1% viviam nas vilas ou em seus subúrbios, os restantes 16.467(85,9%) moravam dispersos na zona rural (MOTT, 1985, p.74).

Com isso a estrutura demográfica piauiense era bastante irregular, e na atividade pecuarista predominava o trabalho masculino, com o mínimo de conforto e segurança que necessitava uma família, o que fazia com que os domicílios não possuíssem uma estrutura familiar. Sendo assim, de acordo com Mott (1985), a população piauiense em 1697, era composta da seguinte forma:

[...] predomínio quase exclusivo de homens existindo apenas 5 casais constituídos e unicamente 10 crianças. No que se refere à distribuição desses moradores nas 129 fazendas, temos como padrão mais comum, a presença de um vaqueiro branco (arrendatário de senhores absenteístas) acompanhado de 1 ou 2 escravos negros: 48% das fazendas do Piauí apresentavam essa composição elementar. (MOTT, 1985, p.76)

Havia apenas 40 mulheres, incluindo crianças, e estava presente em somente 24 fazendas, isso devido ao estilo de vida que se levava nesse contexto. Sendo assim o crescimento demográfico do Piauí não provinha apenas da multiplicação dos poucos casais que ali existiam, mas, principalmente da chegada de imigrantes nessa região que possuía uma população inicial de 438 habitantes e após 65 anos contava com um total de 12.744 indivíduos.

Devido essa forma de povoamento, houve problemas quanto à urbanização do sertão piauiense, já que a vida girava em torno das fazendas de gado, contendo assim um número reduzido de moradores, pois a atividade pecuarista exigia pouca mão de obra e a estrutura espacial de vastas extensões de terra e locais mais afastados, o que preocupou até mesmo o rei D José I, sobre a questão urbana.

Para organizar as províncias, o governo português, retira o poder da companhia de Jesus e uma das importantes medidas para o Piauí foi a sua separação do Maranhão, na parte administrativa. Por decreto de 31 de junho de 1758 nomeou o governador João Pereira Caldas, (NUNES, 2007) “[...] a quem atribua à luta aberta por Pombal contra os jesuítas haja contribuído para a instalação imediata da Capitania”.

Visando o desenvolvimento da Província o rei D. José I, envia a carta régia de 29 de Julho de 1759, ao primeiro governador geral João Pereira Caldas exigindo do mesmo o desenvolvimento da região, através dessa, incentiva a diversificação das atividades comerciais, além da criação de gado, a produção agrícola e o comércio, bem como a redução das extensões de terra, e dos limites entre uma sesmaria e outra.

Dois anos depois em outra carta vinda da coroa, o governador recebe a exigência de fundar oito vilas, nas freguesias mais desenvolvidas, e uma cidade na vila da Mocha, que se tornou a sede da capitania, segundo Mott (1985) possuía apenas 157 fogos (casas) e 692 almas (habitantes) não possuindo a mínima estrutura física de prédios públicos e ruas, tendo como cidade, apenas o nome. A principal atividade que se fazia nas vilas era a matança dos gados, o que era bastante prejudicial para áreas urbanas “corrompendo o ar e atraindo grande quantidade de moscas e savandijas”. (MOTT, 1985, p.49).

Devido a diversos fatores “não é [apenas] a falta de população que se explica o baixo índice de urbanização dessa capitania, mas sim ao caráter predominantemente extensivo e disperso que assumiu o povoamento” (MOTT, 1985, p.49), pois de acordo com uma citação apresentada pelo autor, bastaria os habitantes da fazenda se unir para formar várias cidades.

A agroindústria de cana que estava no auge no século XVII, começa a entrar em decadência no século XVIII devido à concorrência com o açúcar da região da Antilhas, com isso o produto teve uma queda de valor no mercado internacional, diminuindo assim a produção que por consequência disso houve a diminuição da necessidade da mão de obra, daí a população da região açucareira passa a migrar para o interior do país. Com isso migração vinda para o Piauí era do próprio Brasil e em especial da zona açucareira. Então quanto mais a economia açucareira decaía, mais a imigração para o interior aumentava.

O que atraía os imigrantes para o Piauí era a o lucrativo comércio de gado para a região das Minas Gerais que era a atividade econômica em ascensão no período, e que pagava muito bem pelo gado. Isso atrai não apenas os homens brancos, mas todos os tipos de pessoas.

Contudo, no meio pecuarista as mudanças aconteciam muito lentamente, até mesmo a questão do povoamento, já que a pecuária exigia pouca mão de obra. A agricultura era basicamente de subsistência, e o mercado consumidor reduzido, tornando-se bastante restrito o desenvolvimento da atividade comercial.

## **1.2 Atividade agropecuária e o desenvolvimento da capitania do Piauí**

### **1.3.1 A pecuária no mercado interno e externo**

A pecuária além da atividade econômica que tornou possível o desbravamento dessa região enriqueceu muitas famílias, motivada pela expansão da economia açucareira que necessitavam de abastecimento de gado, e que fosse produzido em regiões mais afastadas, suscitando a dinâmica do comércio entre essas províncias, o que intensificou trocas comerciais já que cada região preocupava-se com o desenvolvimento de suas atividades econômicas de maior destaque para o mercado externo o que lhe trariam mais lucros.

[...] dependente do gado bovino e cavalari não só como alimento básico da população livre e escrava, mas, sobretudo como transporte e força motriz dos engenhos de açúcar. Com a grande expansão dos canaviais no século XVII, a criação de gado nas proximidades dos engenhos representava uma concorrência indesejável para a agro-industrial açucareira, na medida em que desviava terras, capital e mão de obra da principal e mais lucrativa atividade, a fabricação do açúcar. Desta forma, a conquista de novas zonas, até então desprezadas pela cana, impôs-se como uma condição para a continuidade e ampliação da principal cultura agrícola nordestina. (MOTT, 1985, p. 72)

Assim como o açúcar para as regiões que o cultivavam, era o gado para o Piauí, pois possuía um imenso valor comercial para o mercado externo, Segundo Mott Piauí passou a ser considerado durante todo o período colonial como o “curral e o açougue do Brasil”, já que a Bahia e o Maranhão estavam empenhados na produção de cana e fumo e o Maranhão mais tarde com a produção de algodão e que por isso não pretendiam desenvolver sua própria pecuária já que preferiam ocupar suas terras e mão de obra na lavoura comercial, que lhe renderia lucros, sendo mais vantajoso comprar no Piauí o gado necessário para o consumo.

A atividade pecuarista possibilitou o lento povoamento do sertão, as fazendas foram aumentando, e o gado foi ganhando cada vez mais espaço no mercado externo, quando já no século XVIII passou a ser exportado também para a região de Minas.

A fazenda de gado, por conseguinte, foi o germe do povoamento dessa região constituindo a partir daí o modelo dominante de ocupação do território. A proliferação das fazendas se deve não apenas a regular demanda de gado por parte dos milhares de engenhos de nordeste açucareiro, mas, sobretudo a partir do século XVIII, a crescente importação de boiadas pela rica e pujante região aurífera das Minas Gerais (MOTT, 1985, p.72).

Mesmo sendo um produto valoroso para a comercialização fora da província, esse comércio do gado era muito difícil de ser estabelecido, já que no transporte dos animais de uma região para outra, o gado perdia o peso chegando até mesmo a perecer parte do rebanho, é o que se pode perceber na declaração de Mott (1985, p.67) em seu texto: “os animais que conseguiam chegar à feira de Capoame, no Recôncavo baiano, tinham perdido às vezes até 1/3 do seu peso a iniciar a jornada de uma capitania para outra”.

O gado no mercado interno não possuía um valor comercial significativo, já que quase todos na província eram criadores de gado, para se ter uma idéia do baixo preço “Três ovos de galinha custavam um pouco mais do que um quilo de carne bovina” ou ainda: “Um par de meias de seda ordinária valia o exorbitante preço de 4\$000, ou seja, quase a mesma quantia que se pagaria por dois bois dos mais gordos e mais corpulentos” (MOTT, 1985, p. 68).

Mesmo com a pequena possibilidade de desenvolvimento do comércio, há registros de comercialização não só de gado como de outros gêneros como: [...] “exportação de rapadura, aguardente, fumo, embora em pequenas quantidades” (QUEIROZ, 1998, p.28). As transações comerciais eram estabelecidas em determinados locais chamados feiras onde era oferecido o excedente das produções.

Essa pequena produção agrícola, tanto de cereais quanto de cana e de fumo, ainda estava na sua maior parte circunscrita ao consumo local e era essencialmente familiar. As trocas externas tinham pouco significado, não só pela natureza quase auto-suficiente das unidades familiares, mas também pela dispersão da população rural, pela pequena expressão assumida pela circulação monetária, portanto, pelo baixo poder aquisitivo da população. Dessa forma, o comércio inter provincial e mesmo inter municipal de gêneros alimentares era pouco desenvolvida no período, já que a economia apresentava em sua base unidades familiares que em condições normais eram praticamente auto-suficientes (QUEIROZ, 1998, p.28).

O que se pode perceber é que os bens de consumos mais necessários eram produzidos de forma independente, ou seja, o comércio com outras regiões girava basicamente em torno de produtos manufaturados, e atendia as necessidades de uma minoria, já que a concentração do capital estava nas mãos apenas dos comerciantes do gado e do algodão (principais produtos exportáveis) e dos funcionários públicos, que eram bastante reduzidos.



Sendo assim a economia Piauiense nesse período era bastante deficiente, como coloca Terezinha Queiroz (2006, p.29), já que a circulação de capital era reduzida, o que ainda predominava eram as trocas diretas “[...] os estabelecimentos comerciais concentravam em poucas mãos e apareciam em núcleos urbanos de maior importância”. A autora ainda coloca uma nota referente ao comércio no Piauí, descrita pelo viajante Gustavo Dodt, em seu *Livro Descrição do Rio Parnaíba e Gurupi*, que diz:

Dodt em 1870 referindo-se a Paranaguá, afirmava: “ali não há comércio algum, nem mantimentos, nem fazendas se encontram”; A Jerumenha “ali se encontram ao menos algumas casas de negócios, embora insignificantes”; A Manga “todo comércio concentra-se numa quitanda, que é uma espécie de loja e venda ao mesmo tempo”. Acrescentava que a única vila próspera era a de São Gonçalo, cuja posição a fazia entreposto do comércio dos municípios de São Gonçalo Oeiras, Picos, Jaicós, Manga, Jerumenha, Bom Jesus, Santa Filomena e Paranaguá. Por esse motivo, o comércio lá se desenvolveu em prejuízo da própria capital, uma mera cidade de funcionários públicos (QUEIROZ, 1998, p.29).

Com essa colocação, o autor (Gustavo Dodt) descreve a situação do comércio piauiense e reafirma a ideia de que a capital não era o local mais desenvolvido e que, portanto não cumpria o papel de uma capital, mostrando também quais os principais núcleos urbanos das províncias do Piauí nesse período. A autora (2006) ainda faz referência em seu texto à intensificação do comércio que se inicia a partir de 1867, devido o crescimento da exportação do algodão, e a conjuntura favorável à exportação do gado, mas que já no século XX o que vai dominar o comércio da província é o extrativismo.

A decadência da atividade pecuária, segundo Nunes (2007), se dá por diversos fatores que afetavam o gado como, a peste de carrapato desde 1835, e a escassez de pastagens devido às repetidas secas que aconteceram. Estima-se que a quantidade de Gado era bem mais superior a quantidade de pastagem fazendo com que os fazendeiros vendessem grande quantidade dos seus rebanhos ficando apenas com o que podiam sustentar, sendo denunciada a depressão da produção devido à degeneração dos rebanhos pela falta do sustento.

Esse processo de desenvolvimento e decadências das atividades econômicas no Piauí, não aconteceu de forma homogênea, já que o auge e decadência da atividade pecuarista não ocorreram de forma paralela em toda a província. Segundo Felipe Mendes (2003) o período de 1759-1852 é marcado como o de estagnação da pecuária, e o que se sabe é que na região onde hoje compreende a cidade de Picos, nesse mesmo período, (o que será abordado posteriormente) essa atividade se encontrava no auge, sendo a principal dessa região que nascia. Mesmo assim não se pode descartar a questão de que a pecuária era incapaz de

promover o crescimento econômico da província, já que é carregada de tantas desvantagens, anteriormente citadas.

Segundo Teresinha Queiroz a (2006) atividade pecuarista não teve o mesmo significado em todas as áreas da província mesmo o processo de ocupação da província ser explicado pelo avanço da criação de gado, houve uma concentração dessa atividade em determinadas regiões, o que pode ser percebido, como coloca a autora pelo seguinte quadro, contido no livro do Odilon Nunes.

QUADRO Nº 15										
Indústria pastoril										
Número de bezeros, no decênio de 70, município, de acordo com a contadoria do tesouro provincial do Piauí.										
	(1869-1870)	(1870-1871)	(1871-1872)	(1872-1873)	(1873-1874)	(1874-1875)	(1875-1876)	(1876-1877)	(1877-1878)	(1878-1879)
Amparo (Teresina)	932	927	1.133	1.123	917	917	628	630	548	503
Dores (Teresina)	3.141	3.455	5.196	5.196	2.970	2.965	2.234	2.233	1.784	1.522
União	1.171	9.965	1.536	1.697	995	1.058	981	1.032	817	807
Barra	3.893	3.893	3.308	3.308	4.266	4.266	3.245	3.261	3.897	3.978
Batalha	2.295	2.318	1.661	1.696	2.265	2.265	2.409	2.409	1.986	1.986
Piracuruca	5.552	5.835	3.651	3.888	3.985	3.936	3.921	3.964	3.144	3.335
Burití dos Lopes	4.558	4.935	3.090	3.229	3.019	3.101	3.336	3.489	2.130	2.288
Parnaíba	1.882	1.947	1.842	1.825	1.697	1.714	1.860	1.888	1.016	1.059
Campo Maior	6.509	7.231	5.939	6.338	7.442	6.492	6.079	6.170	4.413	3.201
Pedro II	2.885	3.059	2.179	2.218	2.213	2.293	2.190	2.213	1.382	1.264
Marvão (Castelo do Piauí)	7.833	8.012	7.021	6.946	6.911	6.959	3.013	2.764	2.713	2.749
Valença	8.035	8.021	7.619	7.669	8.331	8.319	8.210	8.244	4.100	3.526
Picos	2.495	2.758	2.821	2.824	3.187	3.177	3.482	3.505	1.136	1.037
Jaicós	11.732	11.852	13.496	13.556	18.110	18.192	7.301	7.246	4.017	4.286
Oeiras	11.934	12.054	12.053	12.236	12.736	12.777	11.612	11.608	9.155	7.207
S. João do Piauí	3.788	3.926	3.734	3.889	3.512	3.426	3.298	3.552	2.613	2.687
S. Raimundo Nonato	5.591	6.098	6.260	6.510	5.873	5.958	5.027	3.217	3.042	3.141
Sta. Filomena	3.555	3.825	3.807	3.824	3.590	2.597	2.448	2.410	2.015	1.979
Corrente	3.236	3.228	2.570	2.585	1.690	1.679	1.868	1.870	1.500	1.495
Parnaíba	4.328	4.318	4.031	4.054	2.940	2.951	3.134	3.114	2.932	2.929
Bom Jesus	1.191	1.150	973	1.053	1.101	1.233	992	748	976	1.019
Jerumenha	3.907	4.058	3.463	3.725	4.071	4.598	3.755	4.087	4.341	4.261
Manga (Floriano)	3.027	3.142	2.975	3.084	3.556	3.935	3.437	3.692	3.105	3.152
Amarante	5.890	5.900	5.071	5.071	2.697	2.697	2.446	2.449	2.378	2.306
Regeneração	-	-	-	-	2.102	2.102	1.932	1.936	1.536	1.512
Piripiri	-	-	1.080	1.124	1.092	1.151	832	879	747	785
Livramento (J. de Freitas)	-	-	-	-	931	954	913	934	956	749
Humildes (Alto do Longá)	-	-	-	-	1.823	1.833	2.766	2.850	2.205	2.026
SOMA	110.234	113.907	106.509	108.678	114.022	113.545	93.349	92.394	70.584	66.989
	(1869-1870)	(1870-1871)	(1871-1872)	(1872-1873)	(1873-1874)	(1874-1875)	(1875-1876)	(1876-1877)	(1877-1878)	(1878-1879)
Poldros	7.925	7.969	7.247	8.052	7.969	7.992	6.353	6.561	3.276	2.903
Burros	138	151	103	116	117	120	73	75	68	68
Jumentos	58	70	39	44	47	43	55	46	46	48

(Documento anexo em Relatório de Sinval Odorico de Moura, de 31/12/1881. Apud NUNES, Odilon, v.4, p.200).

Essas características, que são referentes a 1870 são capazes de indicar as principais áreas da província onde estava concentrada a criação de gado.

A partir da década de 1870 já estava bem caracterizada a perda do espaço do Piauí, em termos nacionais. Enquanto no centro-sul as transformações econômicas se faziam de forma acelerada, no Piauí não ocorriam transformações básicas na produção, não havia diversificação na composição do comércio e nem se evidenciavam quaisquer sintomas de mudanças qualitativas de atividade econômicas tradicionais. A pecuária apesar de continuar sendo a atividade econômica mais importante e de absorver grande parte da força de trabalho, perdia rapidamente posição no mercado regional, em decorrência do crescimento e melhoria dos rebanhos das demais províncias, e das perdas qualitativas do próprio rebanho por falta de inovação no sistema de criação. O gado piauiense perdia, enfim, a competitividade nos tradicionais mercados consumidores do Nordeste, nas províncias do Norte, caso do Pará, e no próprio mercado externo (QUEIROZ, 1998, p.21).

### 1.3.2 A hierarquia social

Além do valor comercial externo, também se desenvolve a ideologia pecuarista que enaltecia a atividade criadora, e desvalorizava o cultivo da terra fazendo do vaqueiro uma pessoa importante e um cargo almejado, pois, era o administrador da economia da fazenda.

[...] o poder não estava concentrado nas mãos dos senhores de engenho, mas nas dos senhores criadores de gado, numa sociedade em que “aqueles que não eram vaqueiros desejavam ser, ou como profissão, ou como divertimento favorito, ou esporte a que se consagram”. (VIEIRA, 2005, p.26).

Mesmo assim o vaqueiro tem um espaço social bem definido, não podendo ser confundido com o fazendeiro, pois o vaqueiro é como um sócio e homem de confiança que tem um lugar de destaque no sertão “[...] embora, tratando-se de um homem de prestígio e poder, ele não se iguala socialmente ao senhor, nem tão pouco comunga sempre com os pensamentos e interesse do senhor” (BRANDÃO, 2008, p.131). Muitas vezes existiam tensões ocasionadas pelo mandonismo do fazendeiro, que chegava a interferir até na vida pessoal e familiar dos vaqueiros.

Essa relação entre fazendeiro e vaqueiro, seguia certa hierarquia, e os mesmos sendo de classes sociais diferentes não havia casamentos entre os familiares dessas duas categorias sociais.

A relação entre vaqueiro e fazendeiro baseava-se na solidariedade e fidelidades mútuas sem, contudo, eliminar as barreiras sociais existentes entre os dois. O relacionamento construído no dia a dia, geralmente por muitos anos, era confirmado através do compadrio. Porém, diga-se de passagem, este vínculo se estabelecia através do apadrinhamento do filho do vaqueiro por um senhor, nunca o contrário. (BRANDÃO, 2008, p. 133)

### **1.5 Transformações na Capitania Do Piauí**

O processo de Independência do Brasil não trouxe muitas mudanças por parte do governo monárquico, que visava apenas à unidade política da nação, não trazendo alterações imediatas para a província do Piauí, causando um impacto diferenciado das demais províncias, tanto antes como depois da independência.

O Piauí, em 1821, não oferece ainda quaisquer índices apreciáveis de desenvolvimento. A economia baseia-se quase exclusivamente na agropecuária. Os rebanhos são na verdade imensos. O comércio gira em torno deles. A agricultura pé incipiente. O algodão, o fumo e a cana-de-açúcar, que se plantam em maior escala, pouco acrescentam as rendas da capitania. Nessa pobreza permanente não se registram crises profundas. A vida passa tranquila. Assim quer o povo simples, ordeiro, dedicado ao trabalho (BRANDÃO, W. 1974, p.57).

Oeiras como capital encontrava-se aparentemente tranquila em relação às lutas de independência como destaca W. A. Brandão (1974, p.61) em seu livro *História da independência no Piauí* onde o mesmo destaca a seguinte indagação:

[...] A revolução do Porto fez-se conhecida através de São Luis. Da mesma forma que sucedera em Belém. Não eram ignorados os fatos verificados na capital maranhense, em resposta aos acontecimentos de Portugal e do Pará. A falta de gados não se pode avaliar o efeito que essa notícia causavam ao espírito de Oeiras. Há, entretanto uma correspondência de Elias José Ribeiro de Carvalho, dirigida a Luis do Rêgo, onde o governador lamenta “a desgraçada época em que vivemos”. Essa frase não encerraria nenhum sentido se, se escrita em Oeiras, não contivesse algo da situação do Piauí [...].

De acordo com essa afirmação o autor (1974) conclui que a paz em Oeiras era “antes aparente do que real”, ou seja, a capital do Piauí sofreu bastante com os impactos causados pelas lutas de independência marcada por conflitos diretos em especial pela batalha do Jenipapo, que foi mais de que uma batalha, pois decidiu a unidade brasileira.

O que se pode perceber é que a cidade de Oeiras sempre teve uma vida mediana, sendo nesse contexto a capital menos desenvolvida do país, pois mesmo com a vantagem de estar situada no “cruzamento de todos os caminhos do Brasil” (BRANDÃO, W, 1974, p. 60) o principal fluxo do comércio no momento era estabelecido por vias fluviais, e Oeiras não possuía nenhum rio navegável.

O autor ainda fala sobre o insucesso de Oeiras como capital destacando como fato decisivo a “incerteza de sua permanência como sede do governo” (BRANDÃO, W. 1974 p. 60).

Já em 1798, Dom João de Amorim Pereira propõe a mudança da capital para Parnaíba. Volta a insistir mais tarde, nessa providência, com argumentos redobrados. Sob Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos, ainda remanesces a questão. A reivindicação parte agora da câmara daquela vila. Não custa avaliar o quanto isso abatia a vida de Oeiras. Sem decisão definitiva o problema há expectativa geral. Tudo e suspenso. A dúvida do poder público não paralisa apenas as iniciativas oficiais. Reflete-se como seria natural, muito especialmente, no ânimo dos particulares. Sob ameaça constante a cidade definha e se esgota.

O que se pode perceber é que em vez de se investir na capital, o que se pensava era na possibilidade de transferência da capital para um local mais desenvolvido, ou como fez Saraiva, para um local onde pudesse haver desenvolvimento através do comércio marítimo.

Após a balaiada de 1844, o governo exigiu que fosse elaborada uma síntese que descrevesse as condições das sedes municipais mais desenvolvidas da província do Piauí para que fosse escolhida uma nova capital para a província.

Preocupa-se também com a questão dos transportes, pois todas as sedes municipais pediam melhoramento não só na infraestrutura básica de prédios públicos, mas ainda, nos seus “caminhos, e também pontes, caminhos e também ranchos de palha as margens dos rios e riachos, cujas enchentes nas estações invernosas, interceptam o trânsito de viajantes” (Nunes, 1971, p.22).

Para que houvesse melhoramento nos transportes, instituiu-se a lei provincial de nº 129 de 30 de setembro de 1841 que determinava a criação da companhia de navegação a vapor, concedendo vários privilégios, que mesmo assim, de início, não obtiveram o êxito esperado, já que se acredita que um dos motivos da mudança da capital foi para que se desenvolvesse na província o comércio por meio da navegação.

A navegação a principio havia sido utilizada na época da balaiada, mas logo desapareceu. Então para se estimular a utilização da navegação do rio Parnaíba indicou-se pela câmara:

[...] 1º- a mudança da capital da província para a maior proximidade possível do dito rio em local mais adequado e vantajoso, para a sua população, relações, comércio e luxo necessariamente darão grande empenho à navegação, e a facilidade dessas promoverá o aumento da cidade e assim reciprocamente; 2º- a criação de uma companhia de barcas ordinárias, coadjuvadas, mas não dirigidas pelo governo; 3º- A isenção de qualquer imposição dos gêneros que fossem importados ou transportados pelo dito rio (NUNES, 1971, p.23).

A partir daí o Presidente pronuncia-se a favor da mudança da capital, promulgando a lei que autorizava sua efetivação, essa mesma lei incentiva à navegação a remo e a vara, e a vapor se possível como se fosse um teste para mostrar as fontes econômicas da Província. Posteriormente a câmara de deputados manifesta-se contra a Lei provincial de nº 129 de 30.09.1841, pois a lei isentava qualquer companhia de navegação de impostos durante 25 anos, como forma de estímulo aos interessados.

A mudança da capital foi uma das várias medidas que foram tomadas por parte do governo provincial com objetivo de inserir o Piauí no comércio externo, sendo essa uma das principais. Mas para que houvesse a transferência dessa capital de Oeiras para outro local ainda houve vários debates sobre qual a melhor vila para a instalação, pois essa nova sede

local deveria atender os padrões para que pudesse promover de fato o desenvolvimento da província e a inserção no comércio externo.

A primeira medida tomada para a construção da nova vila, foi à ordem de edificação da Igreja matriz na Vila nova do Poti, como era de costume, o que reforça mais uma vez a relação entre igreja e estado, havendo toda uma solenidade para o assentamento da pedra fundamental da igreja.

Segundo Odilon Nunes: “em fins de 1854, já havia em Teresina uns oito mil habitantes. Era a maior sede municipal da província” (NUNES, 2007, p.124).

O desenvolvimento demográfico foi bastante significativo:

A população de Teresina propriamente, baseando ainda em Pereira da Costa, era em 1885 de 10.000 habitantes, e todo o município, de acordo com o recenseamento de 1872, era de 21.917, sendo 18.796 livres e 3,121 escravos. (Nunes, 2007, p.126).

Após a mudança da capital aumenta também as populações ribeirinhas, o que vai fortalecer a navegação a vapor.

Já o desenvolvimento econômico, o Piauí via crescer pouco a pouco seu mercado interno e a capacidade de produção e mão de obra especializada, passando a produzir maior variedade de produtos como: algodão, cana, mandioca, milho, feijão arroz e o fumo, o que dificultava a comercialização era as péssimas estradas, e o alto preço dos transportes. Porém:

O florescimento da agricultura as margens do Parnaíba foi fruto da mudança da capital de Oeiras para Teresina. Em seguida veio à navegação a vapor que também concorreu para o seu desenvolvimento, e serviu de estímulo para o comércio da província (NUNES, 2007, p 173).

Esse fortalecimento comercial culminou no processo de intensificação importação e exportação como descreve Odilon Nunes em seu Livro:

A principal exportação que se fazia então, pela cidade de Parnaíba era a do algodão para Inglaterra e Maranhão, e, em seguida vinha a de animais vivos, comércio efetuado por um agente do contratante como governo Francês em Caiena, estabelecido na povoação do Porto de Amarração [...].

Para a guiana Francesa vendiam-se ainda carneiros, porcos, mulas, cavalos em pequena escala. Para Inglaterra vendíamos couros, chifres, ttagiba, e até mesmo café pilado, Certamente vindo do Ceará; para o maranhão vendiam-se animais vivos, carne salgada, couros, fumo e já figurava também a cera de carnaúba; o Pará comprava-nos sola.

[...]

Importávamos diretamente da Inglaterra e da Alemanha armas, munições, tecidos e roupas feitas, calçados, chapéus, louças, talheres, azeite, manteiga, queijos, presuntos, massas alimentícias, farinha de trigo, medicamentos,

sabão, ferragem, tintas, artigos de armarinho, moda, escritório, e muitas coisas mais [...] (NUNES, 2007, p. 175 e 176).

Os anos seguintes foram marcados pela crise econômica, pois não havia uma estabilidade de fato, em uma economia ainda basicamente pecuarista, que passava por dificuldades devido a perda da preferência do comércio de gado com a região sul devido a ampliação e criação do comércio da carne de charque do Rio Grande do Sul e ainda os maus invernos que faziam com que os rebanhos perdessem a qualidade e a competição com outros, e as doenças e pestes que sobrevieram a “gadaria”. Porém a transferência da capital vai promover mudanças pela constante necessidade de uma infraestrutura para a promoção do desenvolvimento econômico de toda a província.

## CAPÍTULO II

### 2 DESENVOLVIMENTO PECUARISTA: O POVOAMENTO DE PICOS

#### 2.1 O povoamento de Picos: um breve debate historiográfico

De acordo com a historiografia construída em torno do desenvolvimento de Picos em seus primórdios, o povoamento dessa região, por colonizadores portugueses, iniciou-se no território da atual cidade de Bocaina, pois essa área fazia parte da Povoação dos Picos inicialmente, tendo como marco a edificação de uma capela pelo sertanista Borges Marinho.

Por volta de 1712, os irmãos Borges Leal vieram de Portugal para a Bahia e tempos depois, na década de 1740, chegaram ao Piauí, trazendo escravos e gado e ocupando grandes áreas de terras, localizando-se Antônio Borges Leal Marinho na região que atualmente fica a Bocaina-Pi, casando-se com Maria da Conceição Pereira de Sousa Brito. Albino Borges Leal Marinho ficou na região de Piracuruca-Pi, especificamente onde hoje está Buriti dos Lopes-PI, e Francisco Borges Leal Marinho ficou na região de Inhamuns, extremo do Piauí com o Ceará. (LUZ, 2004).

O que se observa é um aglomerado humano partindo do espaço sagrado “[...] o templo era o imã que reunia o grupo. Sua edificação consolidava a forma de aliança no cerimonial periódico ali realizado” (ROLNIK, 1995, p.14).

Portanto grande parte das cidades brasileiras, devido relação íntima entre igreja e estado no período colonial até o império sofreram a influência da igreja, sendo o templo obrigatoriamente um das primeiras obras a ser construída em uma comunidade.

Além disso, o espaço do templo possibilitava a reunião dos cidadãos sendo símbolo da autoridade político administrativa, numa época em que o poder era exercido pelos “[...] reis, sacerdotes e guerreiros e escribas [...]” (SANTOS, 2007, p.53), sendo construído não apenas como uma obrigação, mas como um símbolo de propagação da fé católica dos portugueses nas novas terras, que era uma concepção que se tinha no período, pois esses desbravadores enviados pela Coroa eram católicos praticantes, conservadores e propagadores da fé.

Essa estreita relação entre igreja e estado, o Padroado, é explicado por Murilo Marx (1988). Trata-se de uma aliança estabelecida entre a igreja e o estado, que tornou o rei responsável por controlar todas as atividades da igreja nas colônias portuguesas e espanholas, e para que isso acontecesse mantinha pessoas de confiança nos principais cargos religiosos,



permitindo ao rei “[...] fundar paróquias, criar bispados e nomear os bispos [...]” (SANTOS, 2007, p.59) além de sustentar a igreja, e construir templos com os recursos do estado.

A informação obtida, sobre o povoamento, na revista *O Foco* (2001, p3), é semelhante a anterior, pontuando que o território que hoje compreende a região de Picos foi povoado a partir do surgimento das primeiras aglomerações humanas na primeira metade do século XVII, na região da atual cidade de Bocaina. Mas acrescenta ainda o surgimento de agrupamentos de pessoas já no século XVIII na região da margem direita do rio Guaribas ao Morro da Romana.

Como a principal atividade econômica da Província era a pecuária extensiva, o primeiro surto de povoamento dessa região estava ligado à expansão dessa atividade, sendo os primeiros rebanhos e criadores vindos do Recôncavo baiano, explicadas mais detalhadamente na seção dos aspectos históricos de Picos no *portal Genealógico da família Luz*<sup>2</sup>:

Já nos meados do século XVIII, um dos filhos de Francisco Borges Leal Marinho, de nome Félix Borges Leal chegou à região de Picos - Pi e se apossou de grandes áreas de terras, fundando ali uma de suas mais importantes fazendas, denominada “Fazenda Curralinho”, situada em férteis várzeas, propícias para a agricultura e pecuária, onde hoje é localizada a cidade de Picos, às margens do Rio Guaribas e cercada por montes Picos que inspiraram a denominação de PICOS.<sup>3</sup>

O livro genealógico *De moura aos Moura Fé* (LIMA, 2005), traz informações também semelhantes, acentuando alguns detalhes. O Contexto histórico sobre Picos apresentado nessa obra é construída a partir da análise de alguns documentos eclesiásticos (livros de batismos, casamentos e óbitos) já que buscava os nomes, recorre aos mais diversos documentos, e também da tradição oral.

O depoimento apresentado pela autora na construção da narrativa do contexto do século XIX é do Sr, Lindório de Sousa, nascido já em 1927, neto de Francisco de Sousa Leal<sup>4</sup>. O seu Lindório faz diversas colocações a cerca da história da família como do pioneirismo de Antonio Borges Marinho na sesmaria Ribeira do Guaribas e terras vizinhas, com a instalação de suas fazendas, que por serem muitas deixava aos cuidados de seus apadrinhados e familiares, fazendo dessa família, grandes detentoras de terras piauienses e poder. É importante considerar de que o senhor Lindório em sua subjetividade, e conforme o que lhe

<sup>2</sup> Fragmentos do livro: LUZ NETO, Francisco Teotônio Da. *Genealogia da Família Luz*, 2003.

<sup>3</sup> Portal genealógico da Família Luz, Picos PI. Disponível em: <http://www.familialuz.com.br/picospi.php>

<sup>4</sup> Francisco de Sousa Leal: residia no período na Fazenda Bocaina, possuindo vários registros eclesiásticos de terras em seu nome.

foi passado de geração em geração enquanto descendente dessa família tendia a supervalorizar e reafirmar a ideia do pioneirismo de sua família.

As terras de Antonio Borges Marinho ficaram em sua maioria aos cuidados de seu filho primogênito Raimundo de Sousa Brito, mas também foram doadas as terras de Ipueira a sua irmã Joanna Borges Leal, e a do “Currealinho” para seu sobrinho Felix Borges Leal. Conta também que ele teve duas esposas e 14 filhos, que permaneceram na região, casando-se com outras famílias, mas mantendo em sua maioria o sobrenome. Neste mesmo texto, a autora (2005) apresenta algumas divergências entre a tradição oral e a documentação analisada sobre o período, onde a mesma afirma que a tradição oral precisa ser complementada pela análise documental “[...] para recomposição de alguns aspectos do passado, como datas e ações [...]” (LIMA, 2005, p.29).

Mesmo assim a autora (2005) na busca da construção desse contexto acaba por recorrer ao fato memorialístico principal, e apenas reafirma-ló, esquecendo-se de buscar outras versões ou visão de outros indivíduos descendentes de outras famílias que também já povoavam a região e ajudaram no desenvolvimento tanto quanto os Borges Leal, talvez esse fosse também o seu interesse já que a família em estudos, a Moura Fé, descende dos Borges.

Raymond Williams em sua obra *O Campo e a Cidade na História e na Literatura* do (1989) chama a atenção para o fato de que

[...] ‘são recorrentes os autores que remetem às suas próprias infâncias ou à geração de seus pais e avós como um período idílico e saudoso. Utilizando-se da metáfora da “escada rolante”, que realiza um movimento constante de retorno ao passado, mas tendo como ponto de chegada o local de origem: Williams questiona o “velho hábito” de supervalorização do passado, os “bons tempos de antigamente”, como pretexto para criticar o presente (Williams, 1989, p.25)’ (SOARES, 2011, p.1).

Tal observação também serve de alerta na hora da análise dos livros genealógicos, na busca do entendimento da formação da sociedade picoense, devendo atentar com certa imparcialidade para as questões de subjetividade.

Já que o assunto abordado neste trabalho trata-se de um espaço em grande parte ainda rural, é importante destacar a distinção entre o campo e a cidade descrita por Williams, aponta análises imprescindíveis para a compreensão do pensamento implantado nos indivíduos sobre o campo e a cidade, expressas na seguinte citação:

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtude simples. A cidade associou-se à ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e

limitação. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica (WILLIAMS, 1989, p.11).

Nas cartas de doações de sesmarias catalogadas, não se encontram registros sobre a fazenda Curralinho de Félix Borges Leal, que se diz por muitos historiadores memorialistas o núcleo central do desenvolvimento da povoação de Picos, descrita em vários depoimentos e reproduzida por diversos autores. Porém, Moura Fé (2005) faz uma consideração a alguns registros encontrados sobre três requerimentos, anteriores a 1750, feitos à Coroa portuguesa solicitando a confirmação da carta e data Sesmaria datados de 1742, 1744, 1745. Duas dessas terras tem denominação Curralinho, mas os proprietários não são identificados como componentes dessa família, e uma em nome de Felix Borges Leal sem denominação, sendo identificada como próxima ao riacho Caravatá, contudo não fala sobre a confirmação desses pedidos, o que talvez indique a existência de uma terra com essa denominação, mas não reconhecida legalmente pela ausência do documento que confirme sua doação. Há um registro de doação de sesmaria de um sítio Curralinho concedida em 24 de Julho de 1743 a Francisco Teixeira de Carvalho e não a Felix Borges Leal.

O que se percebe neste mesmo contexto, através da análise documental do *índice de sesmarias piauienses* (1981), é a doação da sesmaria Sítio Samambaya, que também é parte integrante do território em estudo, concedida ao senhor Victor Barros Rocha no dia 5 de agosto de 1741, ou seja, quase ao mesmo tempo da ocupação do território por Antonio Borges Leal Marinho, mas que quase não é mencionada nas produções historiográficas anteriores, sendo considerada por Albano (2011) quando escreve:

Foi também no século XVIII, no ano de 1741, que Victor Barros Rocha, recebeu do capitão geral do estado, de acordo com a determinação do rei de Portugal, D. João V, a carta de sesmaria da fazenda Samambaia. A esse tempo já existia as fazendas Curralinho, Bocaina, Sussuapara e outras. Antes as terras habitadas por essas fazendas eram habitadas pelos índios Acaroás (coroados) e Jaicós. (ALBANO, 2011, p.27).

Essa região, Samambaya, teve um destaque significativo no desenvolvimento econômico local sendo considerada como ponto de comércio da povoação.

A versão da história “tradicional” também é questionada pela pesquisadora Vieira (2005), em seu trabalho sobre a educação Picoense entre 1850 a 1930, onde a mesma descreve um breve contexto histórico da cidade, trazendo informações pertinentes e que não haviam sido feitas por outros, como a da ausência de registros sobre a fazenda Curralinho, ou Retiro do Curralinho, que com o decorrer dos anos deu origem ao “núcleo populacional chamado

Picos”. A autora traz ainda outra versão publicada na Revista piauiense dos municípios (1955, p.75) escrita por Aurino Nunes que diz:

“[...] No começo do século passado [XIX] os habitantes das margens do rio ‘Guaribas’, especialmente das fazendas Sussuapara e Samambaia, idealizaram fundar um povoado, na margem direita do mesmo rio, ficando circundada por vários Picos [...]” (Apud. VIEIRA, 2005, p.24-25).

A mesma afirma, que essa versão coincide com outra descrita no *Livro Descrição Sertões Piauienses* do Pe. Miguel de Carvalho (2009), versão quase desconhecida que afirma que “[...] A cidade de Picos teve sua origem nos currais construídos no pico (limites) das fazendas Sussuapara e Samambaia, local por onde passavam e repousavam as comitivas de cavalarianos e tangerinos [...]” (1993, p.20).

A maioria dos trabalhos publicados sobre o povoamento dessa região divulga apenas que: “[...] ‘Picos teve sua origem na fazenda Curralinho ou Fazenda Retiro do Curralinho, levando-se a acreditar que a fazenda Picos nunca existiu; [...]’ mais que a autora destaca que em suas análises documentais encontrou registros nas listas das grandes fazendas de gado do município de Oeiras, esses documentos apontam a “[...] existência da fazenda Pico no século XIX como seu local de origem” (VIEIRA, 2005, p.25,26).

O documento revela, ainda, que essas fazendas mediam entre seis léguas de extensão por três de largura, e que algumas delas possuíam mais de um proprietário. O próprio Francisco Borges Leal é citado como o dono juntamente com Gonçalo da Rocha Soares [...] (VIEIRA, 2005, p.25).

De acordo com os relatos do Pe. Miguel de Carvalho, em viagem à recém instalada freguesia de Nossa Senhora da Vitória, encontrados em documentos endereçados ao Bispo do Pernambuco, redigido no ano de 1697 pelo mesmo, relatam a existência de algumas fazendas desde meados do século XVII na região da ribeira do Guaribas relacionando as seguintes:

1-A Primeira fazenda na cabeceira desse riacho se chama Buraco; está nela Antonio da Silva com dois negros; dista da que se lhe segue a 2 léguas.

2-A segunda se chama Pedras: está nela Sebastião Pereira com um negro; dista da que lhe segue 2 léguas.

3-A terceira se chama Sussuapara; está nela Manuel Travassos Borges com 2 negros; dista da que segue 2 léguas.

4-A quarta se chama Samambaia; esta nela Aleixo de Barros Galvão com um índio, e o senhor da fazenda é o Alferes Francisco Bezerra Correia com 3 tapuias, dista da que se segue 2 léguas.

5-A quinta se chama Buqueirão; está nela João de Sousa com 2 negros é o senhor da fazenda o Capitão Alexandre Rebelo se Sepúlveda com uma cabocla; dista da que se segue 2 léguas.

6-A sexta chama-se Tucano; está nela Antônio Barbosa Bezerra com um negro e um tapuia, está na barra e é a ultima deste riacho. (CARVALHO, 2009, p. 29).

O autor (2009) ainda destaca que todas as fazendas da região visitada e descrita nessa obra, eram de Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho, que tinham apenas algumas fazendas de gados suas habitadas por outras pessoas que eram apenas arrendatários que deviam pagar pelo uso das terras “dez réis de foro por cada sitio” (CARVALHO, 2009, p.22).

Vieira (2005) aponta que essa região desde setecentos é um ponto de comércio de gado vacum e cavalariço, entre fazendeiros piauienses, baianos e pernambucanos, ou seja, o comércio já existia antes mesmo do povoado, pois nessa localidade “muitos caminhos se cruzam”, o que facilitava o ponto de encontro.

O papel desempenhado pela atividade pecuarista foi de fundamental importância, tanto para o processo de ocupação do território picoense, como para o seu desenvolvimento econômico, independente de que fazenda lhe deu origem. Picos, foi de início “[...] uma sede de fazenda [...]” (2001), além de ponto de encontro, possuía condições geográficas favoráveis, pois se concentrava as margens do rio Guaribas. Segundo vários registros outro fator que atraiu os comerciantes de gado e cavalo foi a “boa qualidade dos animais da região” (ALBANO, 2011, p.29), o que mais tarde dá a Picos a denominação de “principal feira de Gado do Piauí” (FOCO, 2001, p.4).

Segundo Ozildo Albano (2011, p.27), os primeiros desbravadores e povoadores da região foram: “[...] os Sousa Martins, os Borges Leal, Borges Marinho, Gonçalves Guimarães, Coelho Rodrigues, Rocha, Barros, Frazão, Moura, Pereira, Macêdo, Brito. Logo depois vieram os Fonte, Neiva, Rêgo, Santos, Portela e mais tarde os italianos.”

As terras aqui não eram diferentes das outras regiões da Província, já que eram divididas em vastas extensões, de propriedade dos fazendeiros e criadores de gado vacum, cavalariço, caprinos e ovinos, que além de possuírem a terra ainda possuíam muitos escravos tantos negros como índios e mulatos que eram frequentemente marginalizados nos sertões.

A ocupação das terras se deu próximo ao rio devido à atividade econômica desenvolvida, criando-se pequenos núcleos populacionais isolados, bem afastados uns dos outros. Os que não podiam se estabelecer na beira-rio se estabeleciam próximo a olho d’água e

cacimbas, pois boa parte do leito dos rios era considerada de propriedade privada já que estavam situados dentro da extensão de terra das fazendas.

O tipo de agricultura desenvolvido nessa região, não foi diferente das demais da província do Piauí, já que os gêneros cultivados eram apenas para o consumo, “Os agricultores formavam a pequena classe dos pequenos criadores, muitos deles escravos alforriados, ou mestiços filhos de escravas com o próprio amo ou o senhorzinho” (ALBANO, p.28, 2011), porém atividade de maior destaque era mesmo a pecuária, e ser vaqueiro era um sinônimo de status social, sendo assim, “[...] aqueles que não eram vaqueiros desejavam ser. E todos eram, ou como profissão ou como divertimento favorito, o esporte a que todos se consagravam” (NUNES, 1973, p.36).

## **2.2 A influência católica: construção da primeira capela**

As fazendas estabelecidas na região de Picos, sofreram muitas influências da religião católica, já que eram próximas das fazendas dos jesuítas, como destaca Albano (2011), por isso, procuravam fazer tudo conforme os ensinamentos da Igreja, portanto veneravam imagens, davam esmolas, e construía capelas. Além disso, os Borges, desbravadores da Fazenda Picos e responsáveis pela edificação da primeira capela, também seguiram estes costumes portugueses.

Segundo Albano (2011, p.28) “era comum em toda casa-grande das fazendas uma sala reservada para ‘os santos’[...]”, o oratório que “[...] funcionava como uma espécie de relicário, onde eram conservados além de eventuais relíquias ‘verdadeiras’[...] alguns talismãs, aceitos ou tolerados pela igreja [...]” (MOTT, 1997, p.167).

As imagens mais veneradas eram as de Nossa Senhora do Rosário, Santa Ana, São Sebastião, Santa Luzia, Santa Bárbara, São Jerônimo, São Bernardo, Santo Antônio, São Bento, São Roque, São Domingos, entre outros. (Albano, 2011). Nas fazendas à noite tinha-se o costume de rezar o rosário na mesinha do oratório, mantendo sempre uma vela acesa.

Inicialmente nestas comunidades não havia padre, porém os padres que vinham fazendo missões eram muito bem recebidos pelas famílias locais “[...] os fazendeiros orgulhavam-se de tê-lo sob os seu teto, e às vezes sob sua proteção” (Albano, 2011, p. 29).

Em grande parte os primeiros desbravadores ou eram bastante católicos, ou eram membros de ordem religiosa, então tinham costume de erguer uma capela logo que se estabeleciam em um local, como foi o caso de Bocaina (na época ainda era integrante da região da povoação dos Picos) e Picos (nas antigas fazendas e atual centro da cidade), além da

“tendência colonizadora portuguesa, de que, onde se fundasse um pequeno povoado logo se erguia a cruz, o altar, e a capela” (VIEIRA, 2005, p.31).

Sendo assim é importante destacar a tese de Murilo Marx (1888, p. 7) sobre a evolução do espaço urbano público do Brasil que evoluía do sagrado para o profano:

O espaço urbano público no Brasil evoluiu lentamente do sagrado para ao profano. Através das mudanças em seu conceito, uso, âmbito, trato, é possível acompanhar a passagem da predominância religiosa em seus primórdios, para a secular, nos dias atuais, processo que percorreu em todo o mundo europeu nos tempos modernos e particularmente no século XIX, mas foi de maiores consequências urbanísticas aqui do que nos demais países americanos de colonização ibérica.

Era frequente essa prática na organização das cidades Brasileiras em várias regiões do país, de acordo com Santos (2007, p. 54):

Na região da mineração (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás), surgiram pequenos núcleos de povoamento chamados arraiais. Além das casas nesses arraiais estava sempre presente a construção de uma capela, para abrigar o santo de devoção daqueles que fundam o povoado. De modo geral essas capelas eram feitas de madeira e barro, cobertas com folhas de árvore da região, como as habitações dos naturais das terras.

É importante entender esse processo de edificação do espaço sagrado bem nos primórdios da formação dos núcleos urbano com bastante comum, mas não como uma regra no processo de povoamento e desenvolvimento das cidades brasileiras ou portuguesas.

De acordo com Luz Neto (2003), os descendentes de Felix Borges Leal (Simão Borges Leal, Sebastião Borges Leal, e ainda Manoel de Moura Fé que se juntou a família através de casamento) edificaram a primeira capela na região em 1828, em homenagem a São José, que foi denominado São José das Botas, pois o mesmo era representado com vestimentas de vaqueiro.

Já para Albano (2011, p.30), data a construção na década de 1830, por Roberto Borges Leal e seus irmãos que “[...] com ajuda do Padre Francisco de Paula Moura, primeiro sacerdote filho da terra picoense, construíram a humilde capela, toda em *madeirame* de carnaúba, dedicada a São José [...]”.

Inicialmente, como se pode perceber, a capela era um local particular da família Borges, já que foi construída em sua propriedade, e por iniciativa e necessidade dos mesmos, porquanto a religião católica incentivava a frequência de seus fiéis a igreja, e a participação em rituais e festejos aos santos, o que fazia com que esses fiéis dispersos nessa imensa

América Portuguesa estabelecessem por se só o local sagrado, para cumprirem suas obrigações religiosas.

Também se percebe que muitos lugares, devido às diferenças socioeconômicas e até mesmo étnicas, para isolar-se construíam seu próprio local de culto “[...] capelas ermidas e igrejas no interior ou anexa às suas moradias, evitando assim o indesejado convívio com fieis de outras raças ou de estratos inferiores.” (MOTT, 1997, p.161), o que aconteceu em alguns lugares no Piauí, mas que não temos o conhecimento desta prática na região de Picos. Alguns desprezavam a igreja por ser um local público “[...] pelas tentações que podiam representar a pureza e a honestidade das mulheres das famílias de respeito, preferindo assim seus oratórios particulares” (MOTT, 1997, p.161).

Albano (2011) destaca que os habitantes das fazendas Curralinho (Picos), Bocaina, Sussuapara e Samambaia reuniam-se com os cavalarianos<sup>5</sup>, onde Miguel Borges Leal havia erguido os mourões de seus currais (atual Rua Velha), a mesma rua da capelinha, assim agrupando uma forma de comércio e surgindo então os primeiros ranchos, depois casas de taipa<sup>6</sup> com cobertura de palha de carnaúba e finalmente um pequeno povoado à beira de estrada.

O autor (2011) ainda aborda sobre a vinda em 1832 de Padres Franciscanos menores, Frei Pedro e Frei Doroteu, para pregar missões na Fazenda dos Picos, como , segundo ele (2011), já era conhecida<sup>7</sup>, a convite de Roberto Borges Leal e seus irmãos:

Esses missionários celebravam, pregavam, batizavam e ministravam outros sacramentos, a sombra de uma frondosa ingazeira a margem direita do rio Guaribas. Como lembrança da passagem Frei Pedro e Frei Doroteu deixaram uma cruz, que até 1919, ainda se via em frente à Capela do Sagrado Coração de Jesus. Com a saída dos missionários, passaram a sepultar os seus mortos perto do Cruzeiro das Missões (ALBANO, 2011, p.30).

Essa citação nos denuncia sobre a prática, comum instituída até o Século XIX de se sepultar os mortos nas igrejas, próximo a elas, e em lugares considerados sagrados, ou seja, foram sepultadas pessoas próximos aquele espaço sagrado, trazendo um maior peso a memória dessa Capela. Esta prática era antiga sendo extinta ainda no século XIX.

Jacques Le Goff (1998) em seu livro *Por amor as cidades* faz comparações entre as cidades antigas, medievais e as cidades atuais destacando as rupturas levando as indagações

<sup>5</sup> Nome pelo qual eram conhecidos localmente os compradores de cavalos. (Foco, 2001, p. 4)

<sup>6</sup> É o barro armado com madeira. Consiste numa estrutura de ripas de madeira ou bambu, formando um gradeamento, cujos vazios são preenchidos com barro amassado. Casa de taipa. Disponível em: <<http://www.csaarquitectura.com.br/index3.htm>> acessado em: 21 de maio de 2012.

<sup>7</sup> O que se pode perceber com a leitura do livro de Albano (2011), é que para ele a fazenda Picos inicialmente era conhecida como Curralinho, mas que na década de 1830 já era conhecida como fazenda dos Picos, que a partir do desenvolvimento comercial próximo ao espaço da capela, tornou-se o povoado de Picos.



até o centro das funções da cidade e como ela se modificou bruscamente ao longo do tempo, e com até mesmo seus monumentos vão perdendo o sentido inicial, quando destaca:

Sim, as funções da cidade, seus monumentos mudaram de tal modo que as duas cidades não são comparáveis. Em primeiro lugar, o templo. Curiosamente, não é mais isso que distingue a cidade medieval da cidade antiga, porque muitas vezes ou o templo foi reutilizado como igreja, ou então a igreja cristã foi construída sobre o local do templo. Contudo, com a igreja, um elemento fundamentalmente novo sobreveio (LE GOFF, 1924 p.9).

Nos períodos anteriores ao nosso, assim como no período colonial no Brasil, o espaço da igreja tinha diversas funções, era um verdadeiro símbolo, um espaço de lazer, de sociabilidades e devoção. Com a separação entre a igreja e o estado tornou-se apenas o espaço dos rituais religiosos, não deixando de ser espaço de sociabilidades.

A capela além de funções religiosas era ponto de reunião social. Ali celebram casamentos, batizados e primeiras comunhões. Com frequência serviam como cemitério para os membros da família. Na maioria dos casos ficavam separadas das residências, mas há exemplo de capelas edificadas contiguamente as casas grandes [...] (MOTT, 1997, p.168).

Neste contexto foi se desenvolvendo o povoado, e modificando o cotidiano das pessoas, que passaram a utilizar esse espaço para vários fins, pois “a cidade como espaço público, ou seja, como lugar de comunicação de diferentes grupos sociais, apresenta mutações, já que esses diferentes grupos estão fazendo apropriações distintas desse espaço” (OLIVEIRA, 2002, p.9), e nesse caso do espaço desse pequeno povoado ainda em formação:

O agrupamento de casas foi crescendo, construiu-se a capelinha de São José (hoje coração de Jesus). Surgiram as Pastorinhas, grupo de meninas e moças das famílias do lugar, que na época do Natal dançavam no patamar da igreja e nas casas de família. Como senso de sociabilidade, foi surgindo o desenvolvimento das fazendas (MACEDO, 1981, Apud VIEIRA, 2005, p.29).

O rápido desenvolvimento do comércio se deu principalmente pelo sucesso na venda de gado, já que na povoação de Picos se desenvolveu a principal feira de gado do estado. Com isso, a povoação dos Picos em 1851, é elevada a categoria de Freguesia, como destaca Albano (2011), “a primeira sede da freguesia foi à capela de São José”.

Com relação à freguesia ressalvas Viera (2005, p.33):

A freguesia era uma forma primitiva de organização da vida em comunidade. Esse modelo de organização era norteado pelas relações de poder existente entre a igreja e o estado, que se entremeavam nos bastidores do império de tal forma que, ao erigir-se uma freguesia, “era o poder civil

que criava as paróquias a apresentava seus vigários, depois a aprovação do poder eclesiástico”.

Essa observação é muito pertinente já que frisa o poder do Estado sobre a Igreja, ou seja, como a Igreja era bastante desenvolvida e estando praticamente em todos os lugares, o estado se utilizava dela para expandir seu poderio, e como forma de controlar mais, sendo que ambos se beneficiavam neste sistema.

Durante quarenta anos a Capelinha de São José foi à única igreja do lugar. A imagem de N. S. dos Remédios chega à localidade em 1847, ficando na capelinha, junto às imagens de São José de Botas e de N. S. do Carmo (que foram furtadas no início da década de 1940). A imagem de N.S dos Remédios é transferida para a Igreja Matriz, após sua construção que é apenas no ano de 1871.

Albano (2011) ainda destaca que a imagem de São José era do patriarca da família Miguel Borges Leal que trouxe do seu local de origem quando veio para o sertão nordestino ainda no século XVIII. “Ao redor da capela de São José foram se agrupando casas que deram origem ao povoado, vila e, mais tarde, cidade de Picos” (ALBANO, 2011, p.30).

Mesmo sendo São José de Botas o padroeiro, ele não se torna o orago do lugar e sim Nossa Senhora dos Remédios. Isso aconteceu devido à devoção que a população tinha por essa imagem de N. S. dos Remédios:

Conta à história tradicional de Picos que a imagem de Nossa Senhora dos Remédios, encomendada ao ‘santeiros’ da Bahia pelo Coronel Victor Barros Silva, chegou à povoação dos Picos em 1847, ficando exposta na Capela de São José de Botas até 1871, quando foi edificada a igreja da padroeira (VIEIRA, 2005, p.31).

Conta-se ainda, que a imagem foi encomendada em cumprimento de uma promessa pelo vaqueiro do Coronel, para que o seu filho e o de seu patrão voltassem são e salvos da guerra da Balaiada que aconteceu no Maranhão de 1838 a 1841.

Essa imagem de Nossa Senhora dos Remédios, que veio de Portugal para a Bahia, custou à importância de \$40,000 (quarenta mil reis), valor da venda de dez vacas paridas, e foi conduzida de Salvador até Picos por um escravo que recebeu como prêmio a alforria, chegando naquela cidade na tarde do dia 31 de dezembro de 1847. Logo no dia 1º de janeiro de 1848, a imagem foi benta pelo Padre cearense Francisco de Paula Moura, primeiro sacerdote de Picos<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Picos-PI, Aspectos históricos in: Portal genealógico da Família Luz, Picos PI. Disponível em: <<http://www.familialuz.com.br/picospi.php>> Acesso em: 15 abril 2012

Posteriormente em 1897, o Padre João Hipólito de Sousa Ferreira, observando que a capela tornava-se pequena para o número de fiéis, resolveu fazer uma reforma na capelinha, em acordo firmado com a comunidade local, tendo como *mestre de obras* uma mulher, Dona Sinharinha Monteiro. Depois de concluída a reforma, passou a ser chamado de *Capela do Sagrado Coração de Jesus* (FOCO, 2001, p.9).

## CAPÍTULO III

### 3 A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS POVOAÇÃO DOS PICOS:

#### 3.1 Os registros Paroquiais de terras como fonte.

Tendo em vista as informações anteriormente citadas, veremos neste capítulo, através da análise documental como as fazendas se desenvolveram ao longo desses três séculos desde o seu desbravamento, citado anteriormente, e como se encontrava organizada a freguesia, pronta para se tornar vila.

Pela resolução Civil nº 308, de 11 de Setembro de 1851, o povoado de Picos é elevado à categoria de freguesia<sup>9</sup>, sobre orago<sup>10</sup> de Nossa Senhora dos Remédios, estabelecendo seus limites. Antes de partir pra análise documental é importante nos situar no tempo e no espaço. Primeiro vamos entender o que compreendia a Povoação dos Picos, município de Oeiras da província do Piauí, limitada da seguinte forma:

Como existia dúvida infinita a interpretação da lei de 1851, que erigiu em Freguesia esta Povoação dos Picos, marcou seus limites cuja lei é concebida nestes termos: Art.1º fica recta em Freguesia a Povoação dos Picos do termo desta lei cujo orago será N.S. dos Remédios e seu território compreenderá pelo lado da Freguesia de Oeiras as Fazendas Canabrava e torta para cima, ficando esta Freguesia pelo lado de Valença até o cabeça, sendo os limites da nova Freguesia com aquela de Valença pelo rio Guaribas acima no lugar que servia, e com a de Oeiras pelo lado de Jaicós com a ribeira do Riachão até a fazenda deste nome, pelo Riacho Santo Antonio até a fazenda do mesmo nome, pela ribeira do Itaim até a fazenda Maria preta. Deixa-se digne-se e Vossa Excelência esclarece-me se aquelas fazendas até onde chegam os limites com divizão, pertencem ou não a esta Freguesia.

Deus guarde a Vossa Excelência.<sup>11</sup>

Os registros paroquiais de terras da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios foram documentos criados a partir da edição da Lei Imperial nº 601, de 18 de setembro de 1850, que dispôs sobre as terras devolutas do Império regulamentadas pelo Decreto nº 1.138, de 1854, de acordo com a lei ficou determinado que:

---

<sup>9</sup> Freguesia é o nome que tem em Portugal e no antigo Império Português, a menor divisão administrativa, correspondente à paróquia civil de outros países.

<sup>10</sup> Patrono, orago ou padroeiro é um santo ou anjo a quem é dedicada uma localidade, povoado ou templo (capela, igreja etc).

<sup>11</sup> Arquivos de Picos-PI, in: Arquivo Público – Casa Anísio Brito – de Teresina-PI. (Anexo I)

Os possuidores de terras, para atenderem ao disposto no artigo 5º da referida lei, que possibilitava a sua legitimação, ficaram obrigados a proceder ao registro das mesmas junto às respectivas paróquias, oportunidade em que deveriam provar a posse mansa e pacífica, via dos respectivos títulos ou provas de estarem às mesmas já cultivadas ou em princípio de cultura.<sup>12</sup>

Sobre a lei de terras, Cavalcante (2005) em sua obra, fala do panorama mundial destacando o desenvolvimento industrial dos demais países em detrimento da continuidade do Brasil como exportador de matéria prima, lançando também a preocupação dos demais países com a questão de terras, fazendo com que estes reavaliassem sua política de terras, sendo decretadas leis em diferentes países em torno dessa questão.

A terra, nessa nova perspectiva, deveria transformar-se em uma valiosa mercadoria, capaz de gerar lucros, tanto por seu caráter específico, quanto por sua capacidade de gerar outros bens. Procurava-se atribuir a terra um caráter mais comercial e não apenas um status social como era característico da economia dos engenhos do Brasil Colonial (CAVALCANTE, 2005, p.1).

Daí nasce à ideia de ordenação jurídica, reavaliando as concessões das sesmarias e legitimação da posse bastante desordenada no período colonial, que não era a única preocupação do Brasil, pois havia também a escassez do braço escravo. Após 1822 a terra agora era adquirida por posse, onde o posseiro deveria ocupar e cultivar terras improdutivas, o que gerou conflitos entre sesmeiros e posseiros.

Sendo assim, o autor (2005) pontua a necessidade de reformulação da posse de terra, e em 1821, José Bonifácio julga necessário a elaboração de uma lei que determina que “as terras concedidas por sesmarias que não fossem cultivadas deveriam retornar ao patrimônio nacional” assim como previa a regulamentação da terra adquirida por posse baseado igualmente no cultivo dessa propriedade, dentro de um prazo determinado, excluindo a partir daí a concessão de terra por doação, incluindo deste modo uma política de venda das terras. “José Bonifácio propunha beneficiar os europeus pobres, os índios, os mulatos e os negros forros. Porém esse projeto jamais saiu do papel” (CAVALCANTE, 2005, p.2) já que feria os interesses dos senhores e possuidores de vastas terras. O príncipe regente anulou a doação de sesmarias considerando apenas as posses de terras anteriores a resolução de 1822.

Posteriormente surge Diogo Antônio Feijó (padre Feijó) que teve uma grande influência na política brasileira sendo considerado o fundador do partido liberal, eleito pela Assembleia Geral Regente do Império de 12 de outubro de 1835 a 19 de setembro de 1837.

---

<sup>12</sup> **REGISTRO PAROQUIAL DE TERRAS** <(disponível em: <http://www.docvirt.noip.com/aperj/intro.htm>)> Acesso em: 02abril 2012.

Ao ser eleito elabora um novo projeto de regulamentação do uso das terras decidindo que os sesmeiros deveriam cultivar a terra ou vendê-la dentro do prazo de cinco anos, e para ele o parcelamento dessa terra deveria se basear na unidade familiar, beneficiando assim os cidadãos livres, pois deveriam repartir suas terras, cultivá-las e vendê-las aos seus familiares. Porém quando Feijó foi eleito o único regente, deixou de lado a questão da terra para cuidar dos conflitos sociais no Brasil.

Mais tarde, em julho de 1842 o Governo imperial solicita a mudança dos critérios para obtenção de terras no Brasil, visando à regulamentação das concessões de sesmaria e a política de colonização. Para os autores da lei o principal objetivo era:

[...] promover a imigração de trabalhadores pobres, em razão da insuficiência de trabalho escravo. Visava também proibir novas concessões de terras bem como reconhecia todas as posses tomadas depois da resolução de 1822.

O projeto foi apresentado à câmara em 1843 e aprovado mesmo sendo contrária a ideia de alguns deputados, ficando esquecido por sete anos (durante o governo dos Liberais). Quando os conservadores assumem o poder novamente é retomada a discussão que vai culminar com a lei nº601, de 1850.

Sobre a criação da lei de terras, Cavalcante (2005) ainda destaca que, mesmo com todo esse debate em torno da questão de terras desde 1822, a Lei 601 só vem a ser promulgada em 1850, o que coincide com o ano da criação da lei Eusébio de Queiroz que proibia o tráfico de escravos no território brasileiro, mesmo essa lei não causando impacto imediato na mão de obra escrava já que a quantidade de escravos brasileiros era enorme e com a mudança dos focos econômicos de uma região para outra os escravos eram também transferidos, mesmo assim havia a preocupação com a substituição da mão de obra que foi realizada de forma gradativa.

A lei determinava que a posse legal das terras a partir desse período deveria ser feita por meio de compra, e não mais permitido por concessão de sesmaria e nem tão pouco a ocupação por posse, e que as terras improdutivas deveriam ser consideradas devolutas ao governo, tentando com isso corrigir os erros cometidos em todo o período colonial, o que também visava às outras leis criadas em torno disso, conforme foi visto anteriormente.

Seguindo essa discussão, há a criação do decreto 1318 de 30 de janeiro de 1854 para regulamentação e execução da lei de terras, e a criação da Repartição geral de terras Públicas, que ficou responsável pela descrição das terras devolutas, medição e supervisão dos

procedimentos para o registro das terras, o que não surtiu muitos efeitos já que os cargos eram estabelecidos por nomeação, e os nomeados seriam obrigados a prestar o serviço. Pouco se fez com relação à medição e demarcação já que os serviços dependiam de particulares. Determinava ainda que os possuidores deveriam registrar suas terras, e para efetuar o registro necessitariam procurar a paróquia onde se localizava sua terra, “[...] a Igreja era vista como um meio de divulgação, pois estava presente nas diferentes localidades do país –, o proprietário era obrigado a registrar sua terra” (CAVALCANTE, 2005, p.5).

[...] “os vigários paroquiais eram responsáveis de receber as declarações com duas cópias, possuindo, o nome da terra possuída; designação da freguesia em que está situada; o nome particular da situação, se o tiver; sua extensão se for conhecida e seus limites” (MOTTA, 1998 p. 161 Apud CAVALCANTE, 2005, p.5).

Garcia (2005) em seu texto concebe lei de terras como a primeira tentativa do estado, de regulamentar o acesso de terras no Brasil Imperial, já que as únicas formas de posse de terra eram através da posse e concessão de sesmarias, extinta em 1822, ou ainda de uma doação feita pela coroa a pessoas consideradas merecedoras, atendendo o status social das mesmas, sendo assim, os camponeses e pessoas mais pobres só tinham acesso a terra na forma primária de ocupação, sendo um acesso precário e impossível de se legitimar.

A autora apresenta algumas versões na tentativa de interpretação dos interesses que estavam por trás da lei de terras. De acordo com Emilia Viotti (1977) não partia mais do prestígio social, agora a posse da terra só poderia ser possível a partir da compra, uma vez que o capital substituiu o merecimento como forma de acesso a terra. Os que já tinham a terra deveriam registrá-la com posse e os que não, deveriam obter através de compra ou a outra opção era trabalhar nas terras alheias, que, segundo ela, foi uma estratégia articulada para que a camada mais pobre fosse impedida de serem proprietários de sua própria terra e seriam obrigados a trabalhar nas terras dos outros, o que ocasionaria a substituição da mão de obra escrava pela livre, ou seja, foi uma das soluções encontradas para a crise do trabalho escravo, já que os dois pilares da economia colonial brasileira eram a terra e o trabalho.

A autora também expõe a visão de Márcia Motta (1996) que critica a ideia levantada por Emilia Viotti (1977), pois acreditava que a lei de terras não esteve diretamente ligada a transição de trabalho escravo para o trabalho livre, colocando ainda que nem mesmo regularizou o acesso a terra, considerando um fracasso apontando que muitos fazendeiros e pequenos posseiros nem mesmo realizaram as exigências legais, ou seja, não registraram suas terras.

Com base nisso, Garcia (2005) coloca que a aplicação da lei dependeu das especificidades de cada região e da forma como foram interpretadas pela população local, levantando a problemática do uso dos registros paroquiais como fonte na pesquisa histórica, colocando que passaram a ser utilizados como fonte na pesquisa de história agrária do século XIX. Citando o ponto de vista de diversos autores em relação aos registros paroquiais, cada um partindo da sua experiência individual na utilização dessa fonte, em determinada localidade:

Para o autor, Paulo Luiz Zarth: "pode ser considerado o primeiro censo geral sobre a propriedade rural do país". Porém, destaca que esses registros possuem alguns problemas como os posseiros pobres quase não compareciam, e sobre o tamanho das áreas, quando mencionada, era bastante impreciso. Na mesma perspectiva, Luís Augusto Farinatti: "fornece no mínimo uma amostra da estrutura fundiária" destacando que em sua análise, Registros de Santa Maria não contempla todos os estabelecimentos rurais da paróquia.

Em Arlene Folleto, talvez mais elucidativa das abordagens: "Nem todos os proprietários de terras, fossem eles grandes ou pequenos, efetivamente declararam suas propriedades" que mesmo assim para ela no registro contem vários dados que "se configuram numa excelente amostra da estrutura fundiária em estudo".

Para Cristtiano Christillino, em sua dissertação, afirma sobre o vale do Taquari<sup>13</sup>, e garante que os registros paroquiais não são "registros de terras confiáveis, e fiéis à estrutura fundiária daquele período", "o número de registros sem extensão já prejudica a qualidade de suas informações, os dados nela e contidos também apresentam sérios problemas" (2004, p.121 Apud GARCIA, 2005, p.76), por isso optou por utilizá-los cruzando com outras fontes e pelos seus dados qualitativos.

Como percebemos, existem diversas interpretações sobre os documentos que tratam a terra no Brasil. Segundo Garcia:

A diversidade de posicionamentos apresentadas, se deve, em parte, as especificidades do formato dos registros em cada paróquia, mas também a compreensão de cada historiador em relação às possibilidades de sua utilização como fonte histórica. (GARCIA, 2005, p.75).

Apresentando ainda Márcia Mott (1996) que tem uma contribuição bem relevante nesse debate, pois constrói seu trabalho, fazendo uma crítica quanto à forma de utilização

---

<sup>13</sup> Região que abrange 37 municípios da região central do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, com população formada por várias etnias, entre elas, destacam-se as de origem alemã, italiana e açoriana.



desses registros, ou seja, em “como estavam sendo problematizados e quantificados até então”.

Motta (1996) fala sobre a flexibilidade da lei de terras analisando alguns artigos desta. Na legislação ficou determinado que ao vigário competia apenas o recebimento das informações, devendo, se preciso, instruí-los quanto a erros evidentes, mas havendo insistência deveriam receber assim mesmo, porém ainda havia na lei parte que instituíra multa por falsas afirmações nos registros, entretanto “garantia ao possuidor total autonomia ao realizar sua declaração, da forma que achasse, mas conveniente”, destacando ainda que os registros não atribuem direito algum aos possuidores, ou seja, não eram registros das propriedades, mas um ensaio para isso, e “muitos historiadores, ao estudarem uma determinada região, quantificam os dados daqueles que declararam [...] e generalizam - a partir daí suas conclusões” (MOTTA, 1996, p. 226)<sup>14</sup>.

No fim da sua discussão sobre a forma de utilização desses registros como fonte, Garcia (2005) coloca que os registros paroquiais não podem ser considerados como uma amostra da estrutura fundiária, e muito menos agrária, pois como analisamos anteriormente, se mostram incapazes de representar uma determinada camada da sociedade devido à omissão e imprevisão de algumas informações, colocando que o objetivo não é de apresentar-se contra o uso desses registros, “mas relativizando sua utilização a fim de esclarecermos a metodologia que adotamos para fins desse trabalho”. Pontua em seu trabalho “[...] a problematização dos dados encontrados nos registros, a partir das características da produção dessa fonte, como declaração espontânea e sem exigência de prova documental [...]”. Analisa mais especificamente, o que os documentos podem lhe informar como: entender o registro das terras, como uma opção colocada à população; entender em que medida as pessoas se utilizaram dele, considerando que nem o comparecimento, nem as informações contidas neles eram iguais, em diferentes freguesias, ou até nas mesmas, o que será percebido de forma mais clara com a análise documental. (GARCIA, 2005, p.77-78).

A lei de terras foi considerada por Thomas Houlloway (1984)<sup>15</sup> como um fracasso já que em parte não atingiu os seus objetivos em todo o país. Como se pode perceber essa lei foi mais um processo de discussão de vários grupos políticos que davam sustentação ao império (os Saquaremas e os Luzias)<sup>16</sup>, o que é fácil de ser percebido já que os resultados jamais

---

<sup>14</sup> Apud GARCIA, 2005, p.76.

<sup>15</sup> Apud CAVALCANTE, 2005, p.4.

<sup>16</sup> Duas agremiações políticas que formadas no Segundo Reinado. Conservadores (*saquaremas*) e a dos Liberais (*luzias*).

tiveram objetivos de interferir nos interesses da elite política e econômica, formada em sua maioria por fazendeiros.

Sendo assim “a terra continuou sendo adquirida sem controle do Estado, sob a proteção de documentos forjados” (CAVALCANTE, 2005, p.6), e a lei de terras só foi verificada após a proclamação da República.

Em relação à Lei de terras (1850), o que se percebe é a reafirmação da tradição latifundiária no Brasil, sendo uma de tantas estratégias políticas da classe senhorial indignada com o fim do tráfico internacional de escravos estabelecido pelas pressões internacionais sofridas a favor do fim dessa prática. Cavalcante (2005) coloca a observação citada anteriormente com um dos argumentos utilizados nos debates levantados em torno da nova distribuição de terras no Brasil.

Mediante tanta complexidade em relação aos documentos que registraram as terras no século de XIX percebemos que não devemos, apesar dos avisos dos historiadores, ignorá-los, pois se trata de registros importantes, únicos e merecem nossas atenções. Mas como historiadora, devo desconfiar da fonte, das intenções de quem o produziu somente entendido com “[...] o olhar crítico e a correta contextualização dos documentos que se tem em mãos” (BARCELAR, 2006, p.64), devendo os documentos ser entendidos em suas particularidades.

Para título de exemplo, o livro de registros eclesiásticos de 1854 que propomos para análise é o da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios povoação dos Picos, atualmente cidade de Picos, que tem o seu primeiro registro datado de nove de novembro de 1854. Em sua folha de rosto encontra-se escrita o seguinte parágrafo:

Servirá este livro para os registros das terras possuídas na Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios da Povoação dos Picos desta Província do *Piauí*, vai enumerado e rubricados com a rubrica[...] que diz Freitas, leva no fim o termos de encerramento na forma de costume.

Povoação dos Picos 20 de Junho de 1854<sup>17</sup>.

Ao todo são 1169 registros (um mil cento e sessenta e nove), conferidos a esta freguesia, que devido a tantos, ao curto tempo e a dificuldade de interpretação da escrita da época, não puderam ser analisados integralmente neste trabalho. Serão analisadas algumas informações que nos dão ideia de como se encontrava a povoação dos Picos no período de freguesia, acentuando as modificações ocorridas desde o seu desbravamento, utilizando de

---

<sup>17</sup> Livro de Registros Eclesiásticos de Picos, Contra capa, 1854. In: Arquivo Público – Casa Anísio Brito – de Teresina-PI.(Anexo II)

informações destes registros, considerando todas as limitações contidas nele, como já foi colocado anteriormente.

Estes registros paroquiais foram produzidos de nove de novembro de 1854 a trinta e um de maio de 1856, sendo registrados todos os tipos de propriedades desde sítios a fazendas da freguesia, dentro do prazo estabelecido. Encontram-se ainda cinco registros fora do prazo, três no ano de 1859, feitos na Repartição de Terras Públicas em Teresina-PI, assinados pelo delegado e dois feitos também em Teresina já em 1860, sendo realizados na Secretaria da Província do Piauí, anexos ao mesmo livro.

Foi analisado neste, apenas os registros feitos entre 1854 e 1855 que totalizam 109 registros, isso devido ao tempo e a extensão desse trabalho que é apenas monográfico, considerando que alguns registros não puderam ser identificados devido à falha na fotografia de algumas páginas, o que poderá ser reparado em um trabalho posterior, onde pretendo trabalhar apenas com essas fontes fazendo uma análise mais aprofundada.

Provavelmente, boa parte das terras está registrada neste livro, com os nomes dos seus respectivos donos, os limites, se conhecidos, e como foi adquirida a propriedade (por compra, troca, doação ou herança). É compreendido pela análise como se encontravam as estruturas política e administrativa nessa povoação; as fazendas eram como se fossem *bairros* ou mesmo povoados; os locais de denominação particular seriam como se fossem *ruas*; a *sede* da freguesia era a capela local e o *prefeito* ou mandante era um padre, o chamado *Vigário Encomendado*. O conteúdo variava pouco, mas na forma de costume era composto da seguinte forma:

*Nº1*

Eu, Felix Moura da Costa declaro que sou senhor possuidor nesta Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios da Povoação dos Picos município de Oeiras, Província do Piauí, duma parte de terra com denominação Lagoa do Barro que possuo por compra no valor de trinta mil reis, moeda corrente na Fazenda Samambaia cuja posse é em comum com outros donos, por isso não são conhecidas suas extensões e limites que formam a fazenda que se acha enumerada. Desta forma limita-se para o nascente com a Fazenda Ambrósio, para o poente com a fazenda dos Picos, para o norte com a Sussuapara e para o sul com a Umbuzeiro: esta nota dou duplicata dentro do Primeiro prazo. Picos nove de Novembro de mil oitocentos e cinquenta e quatro, Felix Moura da Costa.

Registros conferidos este e outro exemplar ambos assinados pelo declarante achei-os iguais em regra. Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios da Povoação dos Picos nove de Novembro de mil oitocentos e cinquenta e

quatro=Padre José Dias de Freitas - Vigário Encomendado- dote- mil cento e cinquenta e oito reis – Picos- Freitas “<sup>18</sup>.

Tal documento nos leva a várias descobertas, primeiro que existiam várias fazendas com denominação; as fazendas Picos, Sussuapara, Ambrosio e Umbuzeiro, eram próximas e conhecidas; a Fazenda Samambaia era ponto de comércio, pois a moeda referente circulava nessa região; já existia a povoação dos Picos sendo Município de Oeiras; as terras não eram apenas de um dono (O que se percebe também com o decorrer da leitura dos documentos é que além de vários donos, uma mesma pessoa possuía várias terras em outras fazendas) e por fim que a capela além de sede religiosa servia como cartório para o registro das terras, como visto no capítulo anterior, sendo o padre (vigário encomendado) responsável pelos registros e validação dos mesmos.

Pode-se observar ainda, que por mais diversificadas as informações contidas nos registros, todos terminavam com a forma de costume apresentada no registro transcrito acima, com a avaliação da informação, o valor do registro e a rubrica do Padre, como é apresentado também na folha de rosto do livro, nisso nenhum dos registros deixa de seguir a regra. Foi percebido também, que nem sempre esses registros eram confirmados no mesmo dia, pois era com se fossem ao local verificar a validade da informação, simbolicamente ou de fato, e conferidas às duas vias do documento.

O que se pode pontuar de uma forma mais geral é que foram registradas 1169 propriedades, não podendo contabilizar o número de fazendas já que eram possuídas em comum com vários donos, o que é colocado na maioria dos documentos analisados. Também não se pode estimar a quantidade de habitantes já que grande maioria dessas terras era cultivada por terceiros, que não são identificados nos registros, mas pode-se entender sua presença, pois a maioria dos possuidores declarantes tinha mais de uma propriedade, e que pela lei de terras teriam que ser cultivadas para não se tornarem devolutas. Pelos registros a maioria eram fazendas de gado, sendo encontrado um único registro que descrevessem bens contidos nas propriedades, o de número noventa e oito de Guilherme de Souza Pereira que fala que na “propriedade contém casa, currais e roça”.

É importante lembrar que as propriedades no século XIX, em sua maioria, eram de posse de chacareiros ou posseiros, ou ainda descendentes e familiares dos sesmeiros já que as sesmarias foram doadas nesta freguesia ainda no século XVIII, e provavelmente todos os sesmeiros eram falecidos, o que pode ser identificado na documentação pelos sobrenomes em

---

<sup>18</sup> Livro de Registros Eclesiásticos de Picos, 1854. In: Arquivo Público – Casa Anísio Brito – de Teresina-PI. (Anexo III).

comum, de forma integral ou parcial. De modo geral, a maioria dos registros menciona terras compradas ou herdadas, contendo também a descrição de terras doadas, e trocadas, que são um número bem mais reduzido.

Como já foi mencionado anteriormente, é interessante ressaltar sobre o não comparecimento dos possuidores de terras ao local dos registros, ou seja, que nem todas as propriedades foram registradas, o que não se pode afirmar neste caso já que não foram encontrados registros que problematizassem esse tema, ou mesmo narrativas ou conclusões neste, mas o que se pode colocar é que esse registro era pago e talvez nem todos os posseiros tivesse condições financeiras de efetuar o registro de suas terras já que era um valor bem significativo dependendo da extensão da propriedade, como também pode ser observado na citação.

É importante destacar que os primeiros registros foram feitos com mais cautela, por isso contém informações mais detalhadas, e mais organizadas, facilitando igualmente o entendimento e a análise, fazendo com que possa se enxergar nas entre linhas informações interessantes, que se pode perceber na leitura do quadro<sup>19</sup> em anexo ao fim deste, que traz uma síntese dos registros de terras analisados, podendo ser identificados suas particularidades e mesmices.

Com relação ao local dos registros, a sede da freguesia como era a povoação dos Picos ficava na capela de São José de botas, mas verificou-se que alguns registros foram feitos na própria fazenda, levando a analisar que talvez o vigário saísse de fazenda em fazenda, obrigatoriamente ou não, já que o mesmo fazia todo o papel da Repartição de Terras Públicas de informar sobre os registros, registrar as propriedades dos interessados, e redigir os documentos, pois o que se verifica com a leitura do documento é que foi escrito integralmente por uma mesma pessoa, um escrivão, ou mesmo o vigário, mas a caligrafia era a mesma, sendo diferenciada apenas a forma de descrever, baseada nas informações disponibilizadas pelos proprietários, já que estes tinham autonomia quanto as informação que seriam cedidas para serem registradas.

Quanto à medição das terras, nada foi feito, já que as únicas propriedades em que foram encontrados a sua extensão foram duas das analisadas, não sabendo se por falta de atitude do órgão responsável nesta região, ou pela ausência do mesmo, ainda podendo estar relacionado à dificuldade de se estabelecer os limites entre uma propriedade e outra devido a grande maioria serem possuídas em comum com outros donos, que também é uma

---

<sup>19</sup> Ver Anexo IV.

possibilidade. A definição dos limites de suas terras provavelmente fosse interesse desses, mas era preciso de uma orientação para isso.

Os limites são descritos em pouquíssimos registros, nos demais se utiliza de diversas observações que falam sobre o desconhecimento tanto dos limites como da extensão e da denominação particular das propriedades, o que variam, pois algumas possuem denominação, mas não se sabe da extensão e vice-versa, fazendo com que as informações sejam bastante diversificadas. Os registros do mesmo proprietário, em sua maioria, possuem as mesmas informação e forma de expressar, o que nos alerta sobre a autonomia dos possuidores quanto ao que querem registrar.

Considerando que possivelmente nem todas as terras possuídas foram registradas junto à paróquia, o que se conclui é que a povoação dos Picos já se encontrava bastante povoada, ponderando que várias dessas propriedades eram habitadas por terceiros, e que cada um desses, tanto moradores como proprietários possuíam famílias, familiares e agregados como escravos e indígenas e não poucos. Segundo o mapa estatístico organizado por Dr. João Lustosa da Cunha Parnaguá, esta freguesia, em 1854, possuía 6.982 habitantes, sendo 5.972 livres, 99 escravos e 19 estrangeiros (COSTA, 1974, Apud ALBANO, 2011, p.35).

Era desenvolvido aqui o comércio interno e externo, com outros estados, desde o período colonial, baseado principalmente na pecuária, como foi apresentado anteriormente, o que estabeleceu aos poucos um desenvolvimento social e econômico para região tornando possível sua nomeação a Vila logo no ano de 1856, mas oficializada apenas em 1859.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como escreveu Vieira (2005), é importante ressaltar que independentemente de que a fazenda deu origem à cidade de Picos, o que se tem certeza é de que o povoamento aqui não foi diferente das demais regiões do Piauí e de outras partes do Brasil no período provincial, pois eram comunidades organizadas a partir do criatório do gado, que faziam suas plantações as margens do rio Guaribas, e que os colonizadores eram portugueses que chegaram ao sertão nordestino para serem “senhores criadores de gado” (2005, p.26).

Mesmo assim o que se pode entender com o levantamento bibliográfico e as análises dos registros paroquiais é que a fazenda dita Currallinho era o nome inicial da fazenda Picos, mesmo não se encontrando registros sobre o reconhecimento da fazenda com este nome inicial a não ser no registro de número 100 de José Francisco da Costa (ver em anexo), de uma propriedade localizada na fazenda Sussuapara que tinha denominação particular de Currallinho, mas como se pode observar nem fazia parte da Fazenda Picos.

O desenvolvimento populacional desde o povoamento até freguesia foi bem significativo considerando o número de habitantes que se tinha inicialmente e mesmo a atividade econômica realizada pelos habitantes locais, que não exigiu muita mão de obra, o que fazia com que os núcleos populacionais aumentassem pouco pelo crescimento vegetativo, sendo possível esse crescimento apenas com a vinda de pessoas de outras regiões do país e a instituição de famílias, tendo assim grande número de fixação na povoação e uma prevalência para desenvolver comércio, que se torna notável posteriormente.

Este crescimento é percebido se analisarmos que, no século XVII, segundo o Padre Miguel, a povoação as margens do rio Guaribas era formada por uma população de 21 pessoas, sendo 8 brancos, 8 negros, 4 indígenas e um caboclo, e destes 21, apenas uma mulher o que nos leva a perceber que logo depois estes trouxeram ou instituíram famílias com pessoas de outras localidades, para que se tornasse possível o crescimento populacional. Já no século XVIII escreve Dr. João Lustosa da Cunha Parnaguá, que esta freguesia, em 1854, possuía 6.982 habitantes, sendo 5.972 livres, 99 escravos e 19 estrangeiros, nos levando a perceber o crescimento das famílias, além do reduzido número de escravos em relação ao que se tinha anteriormente, e o pequeno fluxo de estrangeiros, já que essa região ainda não possuía atrativos a pessoas de outros países.

Com relação aos pioneiros no povoamento da região o que se percebe é que não se apontam esse primeiros povoadores citados pelo Pe. Miguel de Carvalho em sua visita realizada em 1694 na historiografia local, dando importância maior aos Borges Marinho

vindos após 1700 que como se descreve, vieram à beira dos rios desde o rio São Francisco procurando uma região boa e ainda não muito ocupada, já que podia se apossar das terras apenas pela apropriação, povoamento e cultivo das mesmas, se estabelecendo aqui as margens do Guaribas que eram habitadas mas que de forma bastante dispersa o que tornou possível este estabelecimento.

Possivelmente os Borges Marinho, ou Borges Leal Marinho são muitos mencionados na historiografia, pela própria preocupação da família na conservação da memória, passando de geração em geração na busca de um reconhecimento como atores da história local, o que talvez não tenha sido a preocupação dos demais habitantes, mas mesmo assim merecem o reconhecimento porque assim como estes de fato tiveram parcela significativa no desenvolvimento econômico e social da localidade, sendo importante destacar que a memória, como coloca Nora é formada pela lembrança, mas que há o esquecimento, o que pode ser questionado pela análise de alguns documentos, como é o caso das doações das sesmarias que destacam doações de terras no mesmo período de ocupação dos Borges, sendo mencionados na historiografia de forma bastante restrita, supervalorizando a história dos Borges.

O que se pode pontuar com relação à fonte, em especial os Registros Paroquiais de Terras, assim como outros documentos, são fontes riquíssimas de informações, merecendo ser estudados e analisados com cautela, servindo para diversos tipos de pesquisas no auxílio à construção de um trabalho de história.

Neste contexto a Capela de São José de Botas (atual igreja do Sagrado Coração de Jesus) pode ser pensada como um *lugar de memórias*<sup>20</sup>, o que poderá ser estudado em um trabalho posterior, pela lembrança de fatos históricos ocorridos em nossa cidade bem nos primórdios de seu povoamento, demonstrando a influência católica, que como em outros locais, também esteve presente no desenvolvimento de Picos.

---

<sup>20</sup> Nora (1993).



## FONTES

### Documentos diversos

Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854. In: COLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL. 1850.

Lei Civil nº 308, de 11 de Setembro de 1851. in: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito – de Teresina-PI.

Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. In COLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL. 1850.

**Livro de registros Paroquiais de terras**, in: Arquivo Público – Casa Anísio Brito – de Teresina-PI, 1854. V. 1., P. 307.

LIVRO, **Índice de Sesmarias**. Cópia 1981. In: Arquivo Público – Casa Anísio Brito – de Teresina-PI.

Jornal Meio Norte. **Picos 109 anos**. Teresina-PI, 12 de dezembro de 1999. In: Arquivo Público – Casa Anísio Brito – de Teresina-PI.

Revista FOCO – **Edição Comemorativa dos 111 Anos de Picos, Nossa História** – 2001.

## REFERÊNCIAS

ALBANO, Maria C. S.; ALBANO, Silva. **Picos nas anotações de Ozildo Albano**, Picos, 2011.

BARCELAR, C. **Uso e mal uso dos arquivos** in: PRINSKY, C. B. (org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto 2006 p. 23 a 80.

BRANDÃO, T. M. P. **O vaqueiro: símbolo da liberdade e mantenedor da ordem no sertão**. In: Antonio Torres Montenegro; Antonio Paulo Rezende; Regina Beatriz Guimarães Neto; Isabel Cristina Martins Guillen; Flávio Weinstein Teixeira; Leny Caselli Anzai. (Org.). História: cultura e sentimento. Outras histórias do Brasil. Recife/Cuiabá: Editora Universitária da UFPE / EDUFMT, 2008, v. 1, p. 121-134.

\_\_\_\_\_. **A elite colonial piauiense: família e poder**. 1. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. v. 1. 344 p.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **Historia da independência no Piauí**. COMEPI, Teresina, 1974.

CARDOSO, Sônia Letícia de Mello. **Direito Urbanístico**. São Paulo: Revista Jurídica Cesumar – v.3, n. 1 – 2003.

CARVALHO, Pe. Miguel de – **Descrição do Sertão do Piauí** (Comentários e Notas do Pe. Cláudio Melo). Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, Teresina, PI, 2009.

CAVALCANTE, José Luiz. **A Lei de Terras de 1850: e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra**; Edição nº 2 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>.

**Conselho Ultramarino**. Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012; Disponível em: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$conselho-ultramarino](http://www.infopedia.pt/$conselho-ultramarino)>. Acessado em: 01 de abril de 2012.

COSTA, Francisco A. Pereira da – **Cronologia Histórica do Estado do Piauí** – Edição Artenova, Rio de Janeiro, 1974.

**FREGUESIA**: disponível em < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Freguesia> > Acesso em: 15 abril 2012.

GARCIA, Graciela Bonossa. **Cap. 2 - A Lei de Terras e sua realização**, in: O Domínio da Terra: Conflitos E Estrutura Agrária Na Campanha Rio- Grandense Oitocentista. 195 p Dissertação de Mestrado – UFRGS. Porto Alegre, 2005.

LEMOS, C. A.C. **O que é Patrimônio histórico**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 2004.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: História e memória. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990, p.535 a 553.

\_\_\_\_\_. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lê Brun**. São Paulo: Unesp, 1998.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé - **De Moura aos Moura Fé: Resgate de uma trajetória**. Teresina-PI: Edição da Autora, 2005.

LUZ NETO, Francisco Teotônio Da. **Genealogia da Família Luz**, 2003.

MENDES, Felipe. **Compreendendo a Pobreza**, In: \_\_\_\_\_. Economia e desenvolvimento. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MIRANDA, MOURA, RIBEIRO. **Levantamento Documental do Apostolado da Oração da Diocese de Picos Paroquia de N. S dos Remédios- uma associação Centenária**. In: CASTRO, FONSECA(org.) Acervos Históricos. Picos: ética. 2008, p.41 a 49.

MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: População Economia e Sociedade**. TERESINA: SECRETARIA DE CULTURA, 1985. 142 p

\_\_\_\_\_. **Cotidiano e vivência religiosa: entre Capela e o Calundu**. In: NOVAIS, F. A. História Da Vida Privada No Brasil, São Paulo Companhia Das Letras, 1997, V.1. Cotidiano E Vida Privada Na América Portuguesa.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História, São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para historia de Piauí**. Teresina., FUNDAPI, 2007, v. 1.

\_\_\_\_\_. **Pesquisas para historia de Piauí**. Teresina., FUNDAPI, 2007, v. 4.

- \_\_\_\_\_ **Piauí: seu povoamento e seu desenvolvimento.** Teresina COMEPI, 1973.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Apresentação.** Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ORAGO:** disponível < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Orago>> Acesso em: 15 abril 2012.
- Picos - PI, Aspectos históricos** in: Portal genealógico da Família Luz, Picos PI. Disponível em:< <http://www.familialuz.com.br/picospi.php>> Acesso em: 15 abril 2012.
- QUEIROZ, Teresinha. J.M. **Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo.** 3º Ed. Teresina, EDUFPI, 2006.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** Editora brasiliense. 1995.
- SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **Timon: uma flor de cajazeira - do povoamento à Vila.** Timon: [s. n], 2007.
- SOARES, Mariana Baierle. **O campo e a cidade na história e na literatura (Raymond Williams) e uma possível aproximação ao Regionalismo gaúcho.** REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG; v. 3, n. 1 – março de 2011 – p. 138-154 disponível em: [www.ueg.inhumas.com/revelli](http://www.ueg.inhumas.com/revelli).
- VIEIRA, Maria Alveni B. **Educação sociedade picoense: 1850 a 1930.** EDUFPI, 2005.
- WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura.** Trad. Paulo Henriques Britto. Companhia das Letras. São Paulo, 1989.

# **ANEXOS**

## ANEXO I

B. 26

Alto. 1.º de Junho

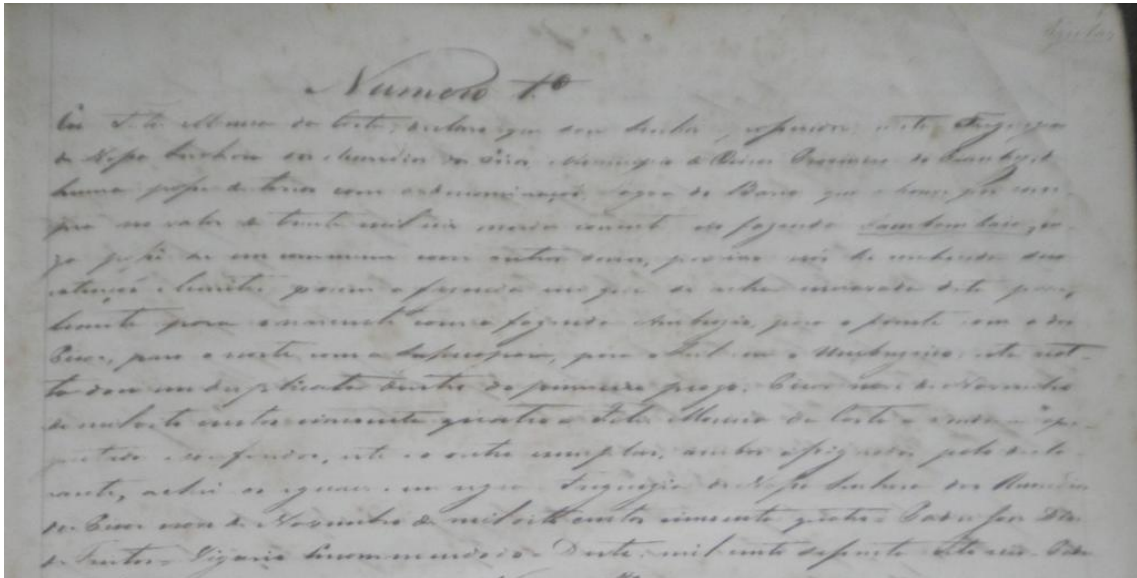
Como existe daverida supzita a interpretação da Ley e B.º que erigiu em Freguezia esta Covoa dos Bicos, marcou seus limites, cujo liz é con- cebido neste termo: Art. 1.º Fica creta em Freguezia a Covoa dos Bicos do Temo desta lid.º, cujo Orago será N. S. dos Remedios, e seu terri- torio comprehenderá pelo lado da Freguezia de Quirós as Fazendas Canabrava e Corta para cima, ficando p. esta Freguezia pelo lado de Salinas até o Cabeço, sendo os limites da mes- sa Freguezia com aquelle de Salinas pelo Rio Guaribas acima <sup>no</sup> lugar, que se cria p. com a de Quirós, e pelo lado de Jairos com a Ribeira de Machas até a fazenda deste nome, pelo Rio de Santo Antonio até a fazenda de <sup>no</sup> nome, e pelo Rio de Stahim até a fazenda Maria puta. Digam-se p. Sta.ª e lancha-me- s. aquelles fazendas até onde chegam os limites de divisão, pertencem ou não a esta Freguezia. Deus Guarde a Sta.ª

de lico

Limites da freguesia de N. S dos Remédios. In: Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito – de Teresina-PI.



## ANEXO III



Recorte da pagina 1 do Livro de Registros Eclesiásticos de Picos. In: Arquivo Público – Casa Anísio Brito – de Teresina-PI, 1854.